



ANEXO DO EDITAL

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO



SUMÁRIO

I.	PREÂMBULO.....	4
1.	CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES.....	5
2.	CLÁUSULA SEGUNDA.....	7
3.	CLÁUSULA TERCEIRA – INTERPRETAÇÃO.....	8
4.	CLÁUSULA QUARTA – OBJETO DA CONCESSÃO.....	9
5.	CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS.....	12
6.	CLÁUSULA SEXTA – VALOR DO CONTRATO.....	14
7.	CLÁUSULA SÉTIMA – OBJETO SOCIAL, CAPITAL SOCIAL E GOVERNANÇA...14	
8.	CLÁUSULA OITAVA – TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE DA CONCESSIONÁRIA.....	15
9.	CLÁUSULA NONA – TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DA CONCESSIONÁRIA AOS FINANCIADORES (STEP-IN- RIGHTS).....	16
10.	CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE.....	18
11.	CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA.....	20
12.	CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES PELA CONCESSIONÁRIA.....	25
13.	CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VALOR DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL (VCM).....	26
14.	CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REAJUSTE.....	31
15.	CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.....	32
16.	CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VERIFICADOR INDEPENDENTE.....	33
17.	CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECEITAS ACESSÓRIAS.....	35
18.	CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – REVISÕES PERIÓDICAS.....	35
19.	CLÁUSULA DÉCIMA NONA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO – HIPÓTESES DE RECOMPOSIÇÃO E RISCOS EXPRESSAMENTE ASSUMIDOS PELAS PARTES.....	37
20.	CLÁUSULA VIGÉSIMA – SERVIÇOS NÃO PREVISTOS.....	45
21.	CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS	



NECESSÁRIOS AOS SERVIÇOS CONCEDIDOS E CONDIÇÕES ESPECÍFICAS RELACIONADAS AO SEU FINANCIAMENTO.....	46
22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – REVERSÃO DOS BENS.....	47
23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA.....	49
24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO PELO PODER CONCEDENTE.....	50
25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – SEGUROS.....	52
26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – RESPONSABILIDADE GERAL.....	55
27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRATOS COM TERCEIROS.....	56
28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – SANÇÕES E PENALIDADES APLICÁVEIS À CONCESSIONÁRIA.....	56
29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – SANÇÕES E PENALIDADES APLICÁVEIS AO PODER CONCEDENTE.....	59
30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES.....	60
31. CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – CAUSAS JUSTIFICADORAS DA INEXECUÇÃO.....	61
32. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – CASOS DE EXTINÇÃO.....	62
33. CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL....	63
34. CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – ENCAMPAÇÃO.....	64
35. CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – CADUCIDADE.....	65
36. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – RESCISÃO.....	67
37. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – ANULAÇÃO DO CONTRATO.....	67
38. CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA.....	68
39. CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – MECANISMO DE SOLUÇÃO AMIGÁVEL.....	69
40. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – MESA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	69
41. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – COMISSÃO DE INTERFACE.....	71



42.	CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – COMUNICAÇÕES ENTRE AS PARTES.....	73
43.	CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – CONTAGEM DE PRAZOS.....	73
44.	CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA – DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE.....	73



I. PREÂMBULO

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA MODALIDADE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA CONSTRUÇÃO, GESTÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DA MULHER E MATERNIDADE DONA REGINA, NO MUNICÍPIO DE PALMAS, ESTADO DE TOCANTINS.

O GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, com sede na Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, s/n, Palmas/Tocantins, neste ato representada por sua autoridade máxima, o Sr. Secretário de Estado da Saúde, Carlos Felinto Júnior, inscrito no CPF/MF n. [XXXXXX], com domicílio especial na sede da Secretaria de Estado da Saúde, doravante denominado ESTADO ou PODER CONCEDENTE e, de outro lado, a Sociedade de Propósito Específico – SPE [XXXXXX], inscrita no CNPJ/MF sob o n. [XXXXXX], com sede à [XXXXXX], em Palmas/TO, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, neste ato representado por seu (cargo), [XXXXXX], nacionalidade, portador da cédula de identidade RG n. [XXXXXX], inscrito no CPF/MF n. [XXXXXX], residente e domiciliado rua [XXXXXX], município de [XXXXXX]/UF; tendo em vista o contido no processo licitatório N°. [XXXXXX] EDITAL N° [XXXXXX], homologado em [XXXXXX], celebram o presente CONTRATO, o qual sujeita as partes às normas disciplinadas na Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (“Lei das PPPs”), Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (“Lei de Concessões”), da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 (“Nova Lei Geral de Licitações”), da Lei Estadual nº 3.666 de 13 de Maio de 2020 (“Institui o Programa de Parcerias e Investimentos no Estado do Tocantins – PPI, e adota outras providências”), Decreto Estadual nº 6.066, de 28 de março de 2023, e demais normas aplicáveis, às regras estabelecidas no EDITAL e nos demais ANEXOS, ainda, às seguintes cláusulas e condições:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES

Para os fins deste CONTRATO e demais ANEXOS do EDITAL ou de qualquer outro documento que deva ser elaborado e/ou fornecido no âmbito da presente avença, os termos listados na “PARTE II – GLOSSÁRIO – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES” do EDITAL, quando empregados no singular ou no plural, em letras maiúsculas, terão os significados ali consignados, salvo se do contexto resultar sentido claramente diverso.



Em complemento à lista referida, ainda, acrescem-se os seguintes termos, especialmente relacionados ao presente CONTRATO:

1.1 ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS: órgão responsável pela normatização no Brasil; entidade privada sem fins lucrativos, reconhecida como Foro Nacional de Normalização, representante no Brasil das entidades de Normalização Internacional, como a *International Standards Organization*;

1.2 ALOCAÇÃO DE RISCOS: Diretrizes relacionadas à repartição objetiva dos riscos, assumidos pela CONCESSIONÁRIA e pelo PODER CONCEDENTE, para a execução do objeto contratual, nos termos do ANEXO XIX do EDITAL – MATRIZ DE RISCOS;

1.3 BENS DA CONCESSÃO: todos os bens utilizados na prestação dos serviços contratados, independente de terem sido cedidos à CONCESSIONÁRIA na data de assinatura do CONTRATO ou adquiridos, arrendados ou locados pela CONCESSIONÁRIA ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, observados os termos e condições do CONTRATO;

1.4 BENS REVERSÍVEIS: são todos os bens e infraestruturas construídos e adquiridos pela CONCESSIONÁRIA para a execução do CONTRATO e que reverterão em favor do PODER CONCEDENTE quando da sua extinção ou seu termo final;

1.5 COMISSÃO DE INTERFACE: comissão a ser constituída nos termos deste Contrato para organizar e coordenar a interface entre os Serviços “Bata Branca” e “Bata Cinza” no Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina – HMMDR-PALMAS;

1.6 ETAPA DE OBRAS: período contratual entre a assinatura do CONTRATO e a entrega definitiva da edificação do HMMDR-PALMAS, com a expedição do “Habite-se” pelo Município de Palmas;

1.7 ETAPA DE SERVIÇOS: etapa de operação dos serviços de BATA CINZA e de manutenção edilícia na CONCESSÃO ADMINISTRATIVA do HMMDR-PALMAS, na qual há percepção de VCM e medição do desempenho da CONCESSIONÁRIA;

1.8 FATOR DE DESEMPENHO DA CONCESSIONÁRIA - FDC: Fator variável, dentro de uma escala entre “0” e “1”, a ser utilizado para calcular os efeitos da avaliação de desempenho sobre o pagamento do VCM durante a execução contratual, determinado em função do desempenho da CONCESSIONÁRIA na execução dos serviços do CONTRATO, nos termos do ANEXO XVIII do EDITAL – INDICADORES DE DESEMPENHO.

1.9 INDICADORES DE DESEMPENHO: conjunto de parâmetros medidores da qualidade e medidores da quantidade dos serviços prestados pelo CONCESSIONÁRIO, que contribuirão para determinar o valor do VCM;

1.10 **INDICADORES DE INFRAESTRUTURA (II):** indicadores que medem a performance da CONCESSIONÁRIA em relação ao estado de conservação da infraestrutura e aos demais serviços de apoio administrativo do HMMDR-PALMAS. Incluem-se os serviços de logística, esterilização, limpeza e higienização, lavanderia, segurança patrimonial, nutrição, engenharia clínica, manutenção predial, tecnologia da informação e comunicação (TIC), dentre outros;

1.11 **INSTRUÇÃO NORMATIVA (IN):** ato normativo editado pela ANVISA que, sem inovar, oriente a execução das normas vigentes pelos agentes públicos;

1.12 **NOTIFICAÇÃO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO DE ETAPA:** comunicação escrita da CONCESSIONÁRIA ao ESTADO, notificando-o sobre o início da ETAPA DE OBRAS e da ETAPA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS do CONTRATO, tendo em vista, respectivamente, a disponibilização do terreno para a construção do edifício do HMMDR-PALMAS pelo ESTADO e a expedição do “Habite-se” pelo Município de Palmas, possibilitando assim a emissão da ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS da ETAPA DE SERVIÇOS;

1.13 **PERÍODO DE INVESTIMENTOS:** período durante o qual a CONCESSIONÁRIA realizará investimentos necessários para construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, assim como tudo o que demais necessário para a viabilização da operação do HMMDR-PALMAS.

1.14 **PLANO DE NEGÓCIOS:** conjunto de informações, projeções e análises econômico-financeiras, cobrindo todo o PRAZO DO CONTRATO, bem como todos os elementos financeiros relativos à execução do CONTRATO, já apresentado previamente à assinatura do CONTRATO e aprovado pelo PODER CONCEDENTE, elaborado conforme as diretrizes indicadas no ANEXO XVI – DIRETRIZES PARA O PLANO DE NEGÓCIOS.

1.15 **PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS:** conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, discriminando as condições de disponibilização e instalação de equipamentos e mobiliários hospitalares e administrativos e de oferta de serviços de BATA CINZA no HMMDR-PALMAS;

1.16 **PROJETO BÁSICO:** conjunto de elementos que define o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos, possibilitando a estimativa de seu custo e prazo de execução;

1.17 **PROJETO EXECUTIVO:** conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra do HMMDR-PALMAS.



1.18 VERIFICADOR INDEPENDENTE: terceiro isento, pois alheio à relação contratual entre PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA, embora contratado pela CONCESSIONÁRIA. Suas atribuições, estritamente definidas no CONTRATO, lhe permitem desempenhar o papel de aferidor, mensurador e fiscal independente, responsável por calcular, com base em parâmetros técnicos e objetivos, e lançando mão das melhores práticas de mercado, a nota de desempenho da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA SEGUNDA

DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

2.1 Integram o presente CONTRATO a PROPOSTA COMERCIAL apresentada pela LICITANTE vencedora, ADJUDICATÁRIA do objeto do EDITAL e que constituiu a SPE, ora CONCESSIONÁRIA, em razão do resultado da Concorrência Pública nº 01/2024, Processo nº **2023/75010/000013**, o EDITAL e ANEXOS do EDITAL. São ANEXOS ao EDITAL necessários à interpretação e compreensão dos termos do presente CONTRATO:

- a) ANEXO II - CADERNO DE ENCARGOS;
- b) ANEXO XVIII - INDICADORES DE DESEMPENHO;
- c) ANEXO XIX - MATRIZ DE RISCOS;
- d) ANEXO XXVI - PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS (a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA);
- e) ANEXO XXVII - PLANO DE NEGÓCIOS (apresentado pela CONCESSIONÁRIA previamente à assinatura e aprovado pelo PODER CONCEDENTE);
- f) ANEXO XXVIII – CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS (anexo do CONTRATO a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA, sem modelo definido pelo Poder Público);
- g) ANEXO XXXI – CADERNO DE GOVERNANÇA

CLÁUSULA TERCEIRA – INTERPRETAÇÃO

3.1 Serão observadas as seguintes regras de interpretação já estabelecidas no EDITAL e abaixo transcritas:

- a) No caso de divergência entre o EDITAL e os ANEXOS, prevalecerá o disposto no EDITAL;
- b) No caso de divergência entre os ANEXOS, prevalecerão aqueles emitidos pelo PODER CONCEDENTE;



- c) No caso de divergência entre os ANEXOS emitidos pelo PODER CONCEDENTE, prevalecerá aquele de data mais recente;
- d) As referências aos horários se referem ao horário oficial de Brasília;
- e) No caso de divergência entre:
 - (i) os documentos impressos e os gravados em meio magnético, prevalecerão os textos impressos; e
 - (ii) números e sua expressão por extenso, prevalecerá a forma por extenso.

CAPÍTULO II – OBJETO, PRAZOS E VALOR DO CONTRATO DE CONCESSÃO

CLÁUSULA QUARTA – OBJETO DA CONCESSÃO

4.1. Constitui o objeto do presente CONTRATO, a concessão, na modalidade administrativa, conforme Lei das PPP, para construção, gestão, operação e manutenção do novo Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina – HMMDR-PALMAS, conforme especificado no EDITAL, na forma deste CONTRATO, bem como da realização de outros investimentos e serviços obrigatórios e do desempenho, pela concessionária, de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços concedidos, na forma das diretrizes e especificações mínimas constantes deste CONTRATO, do EDITAL e seus anexos.

- a) Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores e mais eficientes resultados, cabendo à CONCESSIONÁRIA otimizar a gestão de seus recursos humanos e materiais, até o término do CONTRATO.
- b) A CONCESSIONÁRIA assumirá a posse da área do HMMDR-PALMAS disponibilizada pelo PODER CONCEDENTE a cada ORDEM DE SERVIÇO de ETAPA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, executando eventuais obras de adaptação do imóvel e realizando a implantação das instalações e equipamentos pertinentes aos serviços a serem prestados.

4.2. Ficarão a cargo da CONCESSIONÁRIA, além das demais atividades previstas no EDITAL e seus anexos e neste CONTRATO aqui não citadas, as seguintes atividades:

- a) Viabilizar os recursos financeiros e realizar, por vias próprias ou mediante contratação de terceiros, a construção do HMMDR-PALMAS, bem como a aquisição, implantação e operação dos equipamentos de assistência à saúde e pertinentes ao funcionamento do HMMDR-PALMAS nos termos do EDITAL, deste CONTRATO e dos demais ANEXOS;
- b) Contratar, sob sua responsabilidade, o pessoal necessário à prestação dos



serviços de Bata Cinza do HMMDR-PALMAS, nos termos definidos no EDITAL e em seus ANEXOS;

c) Realizar o descarte adequado dos resíduos hospitalares, nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC n. 222/2018, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ou o que vier a sucedê-la, respeitadas as definições da Resolução nº 005/1993;

d) Responsabilizar-se pelos danos causados por si, seus representantes, prepostos ou subcontratados, na execução do CONTRATO, perante o PODER CONCEDENTE ou terceiros;

e) Assegurar o livre acesso, em qualquer época, das pessoas encarregadas pelo PODER CONCEDENTE da fiscalização, às suas instalações e aos locais onde estejam sendo desenvolvidas atividades relacionadas ao objeto da Concessão Administrativa;

f) Informar ao PODER CONCEDENTE a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir o cumprimento de suas obrigações contratuais, sugerindo medidas para corrigir a situação;

g) Envidar todos os esforços necessários para que a transferência ao PODER CONCEDENTE dos ativos a serem concedidos por meio do CONTRATO, ao seu final, ocorra sem percalços, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, nas condições previamente estabelecidas;

h) Arcar com as despesas referentes às utilidades tais como GLP ou GN, água e esgoto, gases medicinais, bem como custos com telefonia fixa e/ou móvel, internet, etc., não se incluindo nestas despesas as referentes a energia elétrica, a ser suportada pelo PODER CONCEDENTE.

4.3. Sem prejuízo das demais disposições deste CONTRATO e de seus ANEXOS, inclui-se no objeto contratual o seguinte:

a) Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do HMMDR-PALMAS, objeto deste Contrato, sempre em consonância com as diretrizes ANEXO XV – PROJETO ARQUITETÔNICO CONCEITUAL e ANEXO XXII – DIRETRIZES CONSTRUTIVAS disponibilizadas pelo PODER CONCEDENTE;

b) Construção e implantação do HMMDR-PALMAS;

c) Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao funcionamento do HMMDR-



PALMAS, sempre em consonância com as diretrizes apresentadas neste CONTRATO, em seus ANEXOS e de acordo com a legislação vigente;

d) Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto deste Contrato.

4.4. A CONCESSIONÁRIA deverá entregar ao PODER CONCEDENTE, no prazo 60 (sessenta) dias a partir da ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS da ETAPA DE SERVIÇOS, o PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS – ANEXO XXVI ao EDITAL, observando-se o CADERNO DE ENCARGOS - ANEXO II e o CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS- ANEXO XX, ambos ANEXOS ao EDITAL, contendo:

a) Plano da construção do novo HMMDR-PALMAS, bem como da implantação de manutenção dos equipamentos e infraestrutura sob sua responsabilidade, com descrição das rotinas a serem estabelecidas e a metodologia de acompanhamento das suas condições físicas, com o objetivo de detectar ou reduzir problemas de ordem estrutural, hidráulica ou elétrica relacionados às suas instalações e garantir a continuidade do serviço;

b) Memorial descritivo do modo de execução das atividades previstas na subcláusula 4.2 deste CONTRATO e no ANEXO II ao EDITAL – CADERNO DE ENCARGOS;

c) Indicação da equipe contratada para a prestação dos serviços de Bata Cinza previstos na subcláusula 4.2 deste CONTRATO e no ANEXO II ao EDITAL – CADERNO DE ENCARGOS, comprovando-se a sua suficiência para a prestação dos serviços com a excelência exigida neste CONTRATO;

d) Previsão dos planos de treinamento dos prestadores de serviço contratados para a execução da PPP.

4.5. A CONCESSIONÁRIA deverá atentar especialmente aos serviços de atendimento ao Usuário, para possibilitar o pronto atendimento na verificação da ocorrência de qualquer erro ou falha de serviço.

4.6. O PODER CONCEDENTE deverá aprovar o PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, o qual vinculará a atuação da CONCESSIONÁRIA no tocante a tais serviços e auxiliará a sua avaliação de desempenho, sem prejuízo das demais obrigações constantes no EDITAL, neste CONTRATO e nos demais ANEXOS.

4.6.1 Ultrapassado o prazo mencionado retro, no silêncio, o documento será considerado aprovado.



CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS

5.1. O prazo da CONCESSÃO objeto do CONTRATO é de 30 (trinta) anos, contados a partir da ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS. Tendo em vista as condições de posse e ocupação do imóvel por parte do CONCESSIONÁRIO, o contrato observará o seguinte:

a) a ETAPA DE OBRAS será iniciada a partir da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, emitida em até 5 (cinco) dias a partir da disponibilização física do imóvel onde será edificado o HMMDR-PALMAS por parte do PODER CONCEDENTE, observando-se o seguinte:

- Prazo limite para apresentação do PROJETO BÁSICO: 90 (trinta) dias contados a partir da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS da ETAPA DE OBRAS;
- Prazo limite para apresentação do PROJETO EXECUTIVO: 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS da ETAPA DE OBRAS;
- Prazo limite para início das obras: 6 (seis) meses contados a partir da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS da ETAPA DE OBRAS;
- Prazo limite para finalização do PERÍODO DE INVESTIMENTOS, com a conclusão das obras: 24 (vinte e quatro) meses.
- O PODER CONCEDENTE, motivadamente e mediante ajuste com a CONCESSIONÁRIA, poderá prorrogar ou diminuir os prazos previstos na ETAPA DE OBRAS, observados padrões de razoabilidade.
- Ficarão a cargo da CONCESSIONÁRIA, que executará sob sua conta e risco, todas as atividades necessárias à construção do HMMDR-PALMAS, bem como à aquisição e instalação dos equipamentos e mobiliário necessários à plena operação da Maternidade, nos termos deste Contrato, incluindo a obtenção ou complementação de licenças ambientais e urbanísticas, assim como eventuais obtenções de autorizações governamentais, a elaboração de projetos, a efetiva realização das obras civis, dentre outros.
- Recebendo o Projeto Básico e o Projeto Executivo, o PODER CONCEDENTE terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para, querendo, se



manifestar sobre qualquer vício, irregularidade ou ajuste que entenda necessário, devendo a CONCESSIONÁRIA adotar tal manifestação, sem qualquer ônus adicional, se e quando relacionada à exequibilidade ou regularidade dos projetos em função das especificações expressamente previstas no EDITAL, no CONTRATO e seus ANEXOS. Caso o Poder Concedente não se manifeste em 30 (trinta) dias, os Projetos Básico e Executivo serão considerados aceitos.

b) a ETAPA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS terá sua execução avaliada a partir dos deveres estabelecidos no EDITAL, neste CONTRATO, no PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS – ANEXO XXVI e demais disposições contidas nos ANEXOS ao EDITAL, sendo a contraprestação a ser ofertada pelo PODER CONCEDENTE variável em função do desempenho da CONCESSIONÁRIA.

5.2. Para os fins do disposto nesta cláusula, considerar-se-ão como CONDIÇÕES DE EFICÁCIA para a emissão da ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS da ETAPA DE OBRAS pelo PODER CONCEDENTE aquelas previstas no item 12 da Parte III do EDITAL.

5.3. Os prazos para o início da prestação dos serviços de BATA CINZA serão os estabelecidos no cronograma apresentado pela CONCESSIONÁRIA em seu PLANO DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS – ANEXO XXVI, observados os prazos máximos estabelecidos no ANEXO II ao EDITAL - CADERNO DE ENCARGOS.

5.4. Os atrasos na execução dos serviços pela ocorrência de caso fortuito ou de força maior; ou ainda, por impedimento ou paralisação do CONTRATO de responsabilidade comprovada do PODER CONCEDENTE, acarretarão a prorrogação automática no PRAZO DO CONTRATO por igual período de paralisação, recompondo-se, então, os prazos originalmente contratados.

5.5. O prazo contratual poderá ser estendido até o limite legal, de acordo com a conveniência e oportunidade do PODER CONCEDENTE, bem como com a concordância da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA SEXTA – VALOR DO CONTRATO

6.1. O valor do presente CONTRATO é de R\$ [.....], correspondente ao valor total da remuneração devida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, nos termos da PROPOSTA COMERCIAL vencedora da licitação.

CAPÍTULO III – ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSIONÁRIA



CLÁUSULA SÉTIMA – OBJETO SOCIAL, CAPITAL SOCIAL E GOVERNANÇA

7.1. A CONCESSIONÁRIA é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, com sede no Município de Palmas, devendo sempre manter como único objeto social a execução dos serviços objeto deste CONTRATO.

7.2. O capital social subscrito e integralizado da CONCESSIONÁRIA, na data de assinatura do presente CONTRATO, corresponderá a, no mínimo, R\$ [.....], equivalente a 5% (cinco por cento) do valor dos investimentos previstos para o primeiro ano de contratação no seu PLANO DE NEGÓCIOS, elaborado nos termos do ANEXO XVI deste EDITAL - DIRETRIZES PARA O PLANO DE NEGÓCIOS.

7.3. O valor do capital social destacado na subcláusula 7.2 acima deverá ser mantido pela CONCESSIONÁRIA até o recebimento do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, salvo prévia e expressa autorização da SES-TO.

7.4. A CONCESSIONÁRIA deverá adotar padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei Federal nº 6.404/1976, nas normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e nas Interpretações, Orientações e Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

7.5. Quaisquer alterações no quadro de acionistas deverão ser comunicadas previamente ao PODER CONCEDENTE, observadas as disposições contratuais sobre a transferência de controle acionário efetivo estabelecidas no EDITAL e neste CONTRATO.

CLÁUSULA OITAVA – TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE DA CONCESSIONÁRIA

8.1. Durante todo o prazo deste CONTRATO, o controle da CONCESSIONÁRIA somente poderá ser transferido mediante prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE, sob pena de caducidade do CONTRATO.

8.2. Para que o PODER CONCEDENTE proceda à análise da eventual transferência do controle societário da CONCESSIONÁRIA, o terceiro interessado deverá preencher os seguintes requisitos:

8.2.1. Atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço;

8.2.2. Comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do CONTRATO e

8.2.3. Prestar e ou manter as garantias pertinentes, em sendo o caso.

8.3. O PODER CONCEDENTE examinará quaisquer pedidos relacionados a esta



Cláusula no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, caso necessário, podendo solicitar esclarecimentos e documentos adicionais à CONCESSIONÁRIA, convocar os seus acionistas controladores ou quem detenha o controle da CONCESSIONÁRIA e promover quaisquer diligências consideradas adequadas.

CLÁUSULA NONA – TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DA CONCESSIONÁRIA AOS FINANCIADORES (STEP-IN- RIGHTS)

9.1. Para fins de assegurar e preservar o presente CONTRATO, bem como para promover a reestruturação financeira da CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE poderá autorizar a assunção do controle societário ou da administração temporária da CONCESSIONÁRIA por seus financiadores e garantidores com quem não mantenha vínculo societário direto, os quais deverão cumprir todas as cláusulas do CONTRATO, bem como as exigências de regularidade jurídica e fiscal necessários à assunção dos serviços.

9.2. A transferência do controle ou da administração temporária da CONCESSIONÁRIA, formalizada por escrito, poderá ocorrer, além das hipóteses previstas na Lei de Concessões, nas seguintes hipóteses de inadimplência:

- a) do financiamento contratado pela CONCESSIONÁRIA, desde que previsto nos respectivos contratos de financiamento, os quais definirão ainda as condições que poderão ensejar a assunção de controle pelos FINANCIADORES; e
- b) da execução deste CONTRATO que inviabilize ou coloque em risco o cumprimento das obrigações nele previstas.

9.3. A assunção do controle ou da administração temporária da CONCESSIONÁRIA pelos FINANCIADORES, nas hipóteses previstas na Cláusula 9.2 dependerá de:

- a) autorização prévia e formal do PODER CONCEDENTE, devendo os financiadores notificarem a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE e informá-los sobre a inadimplência, garantindo à CONCESSIONÁRIA o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para superar sua inadimplência;
- b) assunção, pelos financiadores, do compromisso de cumprirem integralmente o disposto neste CONTRATO;
- c) atendimento, pelos financiadores, dos requisitos de regularidade jurídica, fiscal e idoneidade financeira necessários à assunção deste CONTRATO; e



d) apresentação de plano relativo à promoção da reestruturação financeira da CONCESSIONÁRIA e da continuidade do CONTRATO;

9.4. A administração temporária da CONCESSIONÁRIA deverá ter prazo máximo de 12 (doze) meses.

9.5. O PODER CONCEDENTE poderá assinar com os FINANCIADORES, com a interveniência da CONCESSIONÁRIA, acordos diretos para o detalhamento dos direitos, obrigações e procedimentos aplicáveis para os casos de assunção do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA pelos FINANCIADORES.

9.6. A assunção do controle da CONCESSIONÁRIA não alterará as obrigações da CONCESSIONÁRIA e de seus controladores perante o PODER CONCEDENTE.

9.7. A assunção do controle da CONCESSIONÁRIA pelos FINANCIADORES acarretará a suspensão, pelo prazo de 6 (seis) meses, dos processos de aplicação de penalidades eventualmente abertos contra a CONCESSIONÁRIA em decorrência de descumprimentos contratuais, incluindo eventual processo de caducidade da CONCESSÃO.

9.8. Os FINANCIADORES, por intermédio da CONCESSIONÁRIA, poderão propor ao PODER CONCEDENTE plano de transição visando facilitar a transferência do controle da CONCESSIONÁRIA aos FINANCIADORES, sob a perspectiva do adimplemento das obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA. O plano de transição dos FINANCIADORES deve apresentar os marcos da concessão que serão cumpridos pela CONCESSIONÁRIA durante o prazo de transição do controle para o FINANCIADOR, além das demais medidas que serão implementadas pelos FINANCIADORES visando o restabelecimento das condições econômico-financeiras da CONCESSIONÁRIA necessárias para a prestação dos SERVIÇOS nos padrões previstos no CONTRATO.

a) O Plano de Transição dos FINANCIADORES poderá ser apresentado ao PODER CONCEDENTE antes da assunção do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA pelos FINANCIADORES.

b) O PODER CONCEDENTE terá o prazo de 30 (trinta) dias para analisar o plano de transição dos FINANCIADORES, sendo que eventuais ajustes solicitados deverão ser atendidos no prazo de até 5 (cinco) dias.

c) Após a entrega, pela CONCESSIONÁRIA, do plano de transição dos



FINANCIADORES reformulado, o PODER CONCEDENTE terá o prazo de até 15 (quinze) dias para aprová-lo ou rejeitá-lo de forma definitiva.

d) No caso de ausência de manifestação do PODER CONCEDENTE nos prazos previstos para aprovação do plano de transição dos FINANCIADORES, este será considerado reprovado.

9.9. O plano de transição dos FINANCIADORES não é condição para a assunção do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA pelos FINANCIADORES, prevalecendo, no caso de não apresentação ou rejeição do plano, as obrigações contratuais e os prazos de entrega dos marcos da concessão previstos no CONTRATO.

9.10. Durante o prazo de transição do controle para os FINANCIADORES, os INDICADORES DE DESEMPENHO serão aferidos normalmente, considerando as regras previstas no ANEXO XVIII do EDITAL.

9.11. Os financiadores do CONTRATO terão legitimidade para receber as indenizações eventualmente devidas à CONCESSIONÁRIA em razão de extinção antecipada deste CONTRATO.

CAPÍTULO IV – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

10.1. O PODER CONCEDENTE, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste CONTRATO, no EDITAL, nos demais ANEXOS ao EDITAL, ou na legislação aplicável, obriga-se a:

a) constituir, em favor da CONCESSIONÁRIA, a GARANTIA DE PAGAMENTO DO VCM, nos prazos e formas estabelecidos na Cláusula Vigésima Quinta deste CONTRATO;

b) fiscalizar permanentemente as atividades previstas no CONTRATO, designando os gestores e fiscais necessários a tal obrigação;

c) intervir na execução do CONTRATO, nos casos e condições previstas neste instrumento e em Lei;

d) enviar cópia à CONCESSIONÁRIA, dentro 48 (quarenta e oito) horas do seu recebimento, de quaisquer autos de infração em que a CONCESSIONÁRIA conste como infratora ou que lhes sejam imputáveis;

e) arcar com os custos referentes ao fornecimento de energia elétrica do



HMMDR-PALMAS.

10.2. O PODER CONCEDENTE, a fim de garantir a eficácia do presente instrumento, obriga-se ainda a:

- a) auxiliar, no que for pertinente, a obtenção das autorizações junto aos órgãos de licenciamento competentes;
- b) responsabilizar-se pelo pagamento dos impostos que incidam sobre o imóvel após a sua entrega à CONCESSIONÁRIA;
- c) entregar à CONCESSIONÁRIA o imóvel para instalação do HMMDR-PALMAS de acordo com o cronograma contratual, com disponibilidade de serviços públicos (conexão com rede de água e esgoto, energia elétrica, telecomunicações);
- d) responsabilizar-se integralmente pela manutenção dos equipamentos e instalações que sejam de sua exclusiva responsabilidade ou de terceiros por si contratados, nos termos do CONTRATO, EDITAL e demais ANEXOS ao EDITAL;
- e) pagar, nos prazos e termos estipulados neste CONTRATO, o VCM devido à CONCESSIONÁRIA;
- f) adotar todas as medidas necessárias para preservar e manter em vigor as garantias prestadas à CONCESSIONÁRIA, nos termos deste CONTRATO;
- g) comunicar à CONCESSIONÁRIA as não conformidades ou problemas ocorridos na execução dos serviços, imediatamente após identificação do problema;
- h) permitir à CONCESSIONÁRIA o acesso a todas as áreas, instalações e equipamentos necessários ao cumprimento de suas obrigações;
- i) solicitar a substituição de prestador de serviço que estiver trabalhando em desacordo com as regras estipuladas para o cargo e função ou não estiverem cumprindo as regras gerais de conduta;
- j) analisar e emitir parecer sobre o PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, indicando os pontos de correção necessários para sua aprovação, quando for o caso;
- k) acompanhar e avaliar a execução dos serviços, propondo melhorias e correções quando aplicável;
- l) responsabilizar-se financeiramente por alterações na regulação ou tributação que impactem a prestação ou as condições do serviço.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

11.1. A CONCESSIONÁRIA está vinculada ao disposto neste CONTRATO e no instrumento convocatório da LICITAÇÃO, à documentação apresentada e à legislação e regulamentação brasileira aplicável, cabendo-lhe buscar aprovar, junto ao PODER CONCEDENTE, seu PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS, nos termos do ANEXO XXVI ao EDITAL e do Cronograma constante no ANEXO XX ao EDITAL, nos prazos e condições estabelecidas em seus cronogramas, e ainda:

11.2. Durante toda vigência do CONTRATO:

- a) responsabilizar-se pelos danos que causar ao PODER CONCEDENTE ou a terceiros por si, seus prepostos, isentando o PODER CONCEDENTE de quaisquer ônus;
- b) assegurar livre acesso das pessoas indicadas pelo PODER CONCEDENTE às instalações escopo deste CONTRATO e aos locais onde estejam sendo desenvolvidas atividades a ele relacionadas;
- c) observar a legislação ambiental, obter as licenças ambientais pertinentes ao funcionamento dos serviços concedidos, cumprir as disposições legais e regulamentares, respondendo pelas consequências do seu descumprimento;
- d) cumprir as normas técnicas da ANVISA pertinentes ao funcionamento dos estabelecimentos hospitalares, especialmente, mas não somente, a Resolução da Diretoria Colegiada-RDC Nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, e a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC n. 222/2018, que trata do descarte dos resíduos de serviços de saúde;
- e) comunicar os Acidentes do Trabalho ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio de Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT, imediatamente após a sua ocorrência, considerando, ademais, que:
 - e.1.** as contratações, inclusive de mão de obra, feitas pela CONCESSIONÁRIA serão regidas pelas disposições de direito privado ou pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela CONCESSIONÁRIA, pessoa física ou jurídica, e o PODER CONCEDENTE;
- f) responsabilizar-se pela disciplina que seu pessoal deverá ter durante suas



horas de trabalho, comprometendo-se a manter o devido respeito e cortesia, seja no relacionamento entre seus companheiros, com os funcionários do PODER CONCEDENTE ou com o público em geral;

g) permitir a fiscalização dos serviços pelo PODER CONCEDENTE, pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE ou por prepostos autorizados, designando quando necessário um técnico de nível superior para acompanhar tais visitas;

h) reembolsar o PODER CONCEDENTE de todas as despesas incorridas, advindas de eventual reconhecimento judicial de solidariedade ou subsidiariedade do PODER CONCEDENTE, no cumprimento das obrigações trabalhistas ou previdenciárias da CONCESSIONÁRIA, de suas eventuais contratadas ou terceirizadas, no prazo de até 10 (dez) dias da notificação que o PODER CONCEDENTE encaminhar à CONCESSIONÁRIA;

i) sem quaisquer ônus para o PODER CONCEDENTE, desfazer construções que forem executadas em desacordo com os projetos aprovados e reconstituí-las, segundo os mesmos projetos.

11.3. No tocante à implantação dos serviços de BATA CINZA:

a) obter as licenças junto aos órgãos competentes para a aprovação do funcionamento dos equipamentos e infraestruturas sob sua responsabilidade;

b) responsabilizar-se integralmente pelas obras e serviços contratados para tal finalidade;

c) captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à implantação dos equipamentos e serviços previstos neste CONTRATO;

d) manter o PODER CONCEDENTE informado do progresso da implantação do PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a consulta;

e) cumprir os prazos e condições técnicas apresentados no PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS aprovados pelo PODER CONCEDENTE;

f) sem quaisquer ônus para o PODER CONCEDENTE, desfazer instalações que forem executadas em desacordo com os projetos aprovados e reconstituí-las, segundo os mesmos projetos;

g) responsabilizar-se integralmente pelos danos causados ao meio ambiente e a terceiros em decorrência da realização dos PLANOS DE IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS bem como dos serviços objeto da CONCESSÃO;



- h) arcar com todos os custos relacionados a estudos e licenciamento sob a sua responsabilidade, bem como com os custos relacionados à implementação das providências e investimentos necessários para atender às exigências dos órgãos e entidades públicas e privadas competentes;
- i) observar todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, mantendo o PODER CONCEDENTE isento de qualquer responsabilização que não lhe cumpra arcar;
- j) manter preposto no HMMDR-PALMAS, para representá-la perante o PODER CONCEDENTE;
- k) efetuar a manutenção preventiva das instalações e equipamentos sob sua responsabilidade, nos termos do EDITAL e ANEXOS;
- l) efetuar os reparos e substituições necessárias, pertinentes ao serviço de manutenção de equipamentos e instalações sob sua responsabilidade, no prazo de atendimento previsto neste CONTRATO, EDITAL e demais ANEXOS ao EDITAL, conforme demanda do PODER CONCEDENTE, justificando a impossibilidade, se for o caso;
- m) promover treinamentos constantes conforme estabelecido no PLANO DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS, em periodicidade compatível com as regras determinadas pela CONCESSIONÁRIA e com a legislação aplicável;
- n) realizar treinamento dos colaboradores em atualizações sempre que necessário;
- o) fornecer os uniformes conforme padrão aprovado pelo PODER CONCEDENTE;
- p) fornecer e disponibilizar, direta ou indiretamente, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita prestação dos serviços de Bata Cinza, bem como para a manutenção dos equipamentos de infraestrutura sob sua responsabilidade;
- q) utilizar as técnicas de trabalho, de gestão e materiais mais adequadas para a prestação dos diferentes serviços permitindo o aperfeiçoamento dos resultados, bem como realizar a atualização tecnológica dos equipamentos médico-hospitalares, em consonância com o nível de qualidade do serviço prestado, a disponibilidade de



inovações, diretrizes técnicas deste CONTRATO e dos demais ANEXOS ao EDITAL, e observando a legislação vigente;

- r) elaborar e gerir plano de Gerenciamento Interno dos Resíduos produzidos pelo HMMDR-PALMAS, nos termos das normas técnicas aplicáveis, executando as atividades de coleta, armazenamento adequado e disposição dos resíduos, sejam resíduos de serviços de saúde ou não, envolvendo a sua retirada e respectivo destino;
- s) responsabilizar-se integralmente pela segurança da área do HMMDR-PALMAS sob sua posse, a partir da ORDEM DE INÍCIO da ETAPA DE OBRAS;
- t) registrar e controlar a assiduidade, a pontualidade e as ocorrências havidas de todos os colaboradores sob sua responsabilidade, bem como manter a disciplina nos locais de trabalho;
- u) comunicar ao PODER CONCEDENTE mudança relevante na estrutura física interna proposta, sendo que o fluxo de informações deverá ser permanentemente atualizado;
- v) emitir os informes solicitados pelo PODER CONCEDENTE para que este acompanhe o andamento dos serviços prestados. Tais documentos deverão obedecer à periodicidade que for estabelecida entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA;
- w) informar imediatamente ao PODER CONCEDENTE, sobre acontecimentos detectados que possam afetar a prestação dos serviços;
- x) garantir que todo e qualquer contratado pela CONCESSIONÁRIA estará devidamente capacitado para exercer seu cargo ou função, de acordo com a legislação vigente;
- y) fornecer equipamentos em número adequado para uso coletivo e individual, assim como equipamentos obrigatórios de proteção coletiva e individual e demais materiais que sejam necessários para a perfeita realização dos serviços, garantindo a segurança dos colaboradores;
- z) apresentar e registrar a relação dos equipamentos e materiais de proteção individual e coletiva (EPI e EPC) fornecidos aos seus colaboradores para o desempenho das atividades.

11.4. Constitui também encargo da CONCESSIONÁRIA custear programa de melhoria da gestão do CONTRATO, governado por regramento próprio a ser editado pelo PODER



CONCEDENTE, destinando anualmente o valor correspondente a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) de sua receita bruta, nos termos desta Cláusula.

- a) o objetivo do programa de melhoria da gestão do CONTRATO é proporcionar ao PODER CONCEDENTE atualização e aprofundamento do conhecimento técnico, jurídico e econômico-financeiro relacionado aos principais desafios encontrados na gestão do CONTRATO de CONCESSÃO ao longo de sua vigência;
- b) O programa será conduzido por instituição pública ou privada sem fins lucrativos contratada pela CONCESSIONÁRIA com anuência do PODER CONCEDENTE, podendo a escolha recair por organismo internacional, a quem cabe gerir os recursos e prestar contas dos resultados perante o PODER CONCEDENTE;
- c) A receita bruta a que se refere o item “a” corresponderá à soma das CONTRAPRESTAÇÕES MENSAS recebidas pela CONCESSIONÁRIA durante o exercício financeiro, antes da dedução tributária ou encargos sociais de qualquer natureza;
- d) O valor indicado na subcláusula acima será reajustado anualmente pelo IPCA, ou, na ausência deste, pelo índice que o substituir.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES PELA CONCESSIONÁRIA

12.1 No Prazo do CONTRATO, e sem prejuízo das demais obrigações neste estabelecidas neste ou na legislação aplicável, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

- a) apresentar relatórios mensais, com informações detalhadas referentes às ações e operações por ela realizadas no período;
- b) apresentar ao PODER CONCEDENTE, em até 45 (quarenta e cinco dias) contados a partir do fim de cada semestre, demonstrações financeiras completas;
- c) Apresentar ao PODER CONCEDENTE, durante toda a vigência contratual, relatório mensal com as reclamações dos usuários, bem como as respostas fornecidas e as providências adotadas em cada caso;
- d) apresentar ao PODER CONCEDENTE, em até 120 (cento e vinte) dias contados a partir do fim de cada ano, as demonstrações financeiras anuais completas, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com destaque para as



seguintes informações, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior ao ano corrente, consignando e anexando documentos conforme segue:

- (i) Transações com Partes Relacionadas;
- (ii) Depreciação e amortização de ativos;
- (iii) Provisão para contingências (cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais ou administrativas);
- (iv) Relatório da administração;
- (v) Parecer dos auditores externos e, se existente, do conselho fiscal;
- (vi) Declaração da CONCESSIONÁRIA contendo o valor do seu capital social integralizado e as alterações na sua composição societária.

12.2 A CONCESSIONÁRIA deverá realizar o monitoramento permanente da prestação dos serviços, especialmente nos itens necessários à apuração do cumprimento de suas obrigações e à avaliação dos Indicadores de Desempenho estipulados no ANEXO XVIII ao EDITAL.

12.3 A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer às boas práticas de governança corporativa, com a apresentação de contas e demonstrações contábeis padronizadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme definido pela regulamentação do PODER CONCEDENTE.

CAPÍTULO V – REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VALOR DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL (VCM)

13.1 O PODER CONCEDENTE deverá pagar à CONCESSIONÁRIA pela prestação dos serviços concedidos o Valor da Contraprestação Mensal (VCM) nos termos desta Cláusula.

13.2 O VCM será devido a partir da expedição da ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS da primeira ETAPA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

13.3 O primeiro VCM será pago no prazo de 30 (trinta) dias, contados do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, e os demais no mesmo dia dos meses subsequentes, mediante a apresentação de Nota Fiscal em que conste o detalhamento dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA.

13.3.1.1 A Nota Fiscal será devidamente conferida e aceita pela SES-TO previamente ao pagamento.



13.3.1.2 Constitui condição necessária para o pagamento do primeiro VCM que o HMMDR-PALMAS esteja em condições operacionais de uso, bem como aprovado o correspondente PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS da ETAPA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, nos termos deste CONTRATO.

- Entende-se por “condições operacionais de uso”, conforme esta subcláusula, terem sido obtidas as licenças e autorizações necessárias para a ocupação e uso do imóvel, nos termos da lei e do CONTRATO.

13.3.1.3 Para efeito do disposto nesta Cláusula, no que se refere à aplicação do contido na Cláusula Décima Quinta abaixo – Avaliação de Desempenho - fica convencionado que:

- Nos primeiros 3 (três) meses de execução de cada ETAPA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS não haverá aplicação de multa, no que se refere aos indicadores de desempenho.
- A partir do quarto mês de execução de cada ETAPA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, até o sexto mês, inicia-se o período de monitoramento do desempenho para fins de escalonamento;
- A partir do sétimo mês inicia-se a efetiva medição dos serviços para fins de composição do VCM.

13.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212/1991. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), será observado o disposto na Lei Complementar nº 107, de 2005, do Município de Palmas, e demais legislação aplicável.

13.5 Caso se verifique a existência de falhas graves no edifício do HMMDR-PALMAS que impeçam a utilização do prédio, total ou parcialmente, imputáveis ao PODER CONCEDENTE, ou decorrentes de erros na execução dos serviços de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, o pagamento do VCM será total ou parcialmente suspenso, acordando as PARTES a solução do impasse mediante documento escrito que poderá ou não implicar no aditamento ao presente CONTRATO, devendo sempre ser observadas as



disposições contidas no EDITAL e ANEXOS, incluindo o presente CONTRATO, sem prejuízo da aplicação das cláusulas referentes a solução de conflitos previstas no presente instrumento.

13.6 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento, uma vez que os pagamentos serão efetuados pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, nos termos do ANEXO III ao EDITAL - MINUTA DE CONTRATO DE CONTA-GARANTIA.

13.7 O VCM a ser efetivamente pago será a única remuneração da CONCESSIONÁRIA pelos encargos assumidos, sendo certo que o PODER CONCEDENTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONCESSIONÁRIA e que porventura não tenha sido acordada no CONTRATO.

13.8 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data de vencimento, a CONCESSIONÁRIA encaminhará ao PODER CONCEDENTE os respectivos documentos fiscais para fins de pagamento.

13.9 Havendo atraso no pagamento do VCM, o PODER CONCEDENTE responderá pelo pagamento de multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor em atraso, acrescido de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.

13.9.1.1O encargo de que trata esta subcláusula será calculado pro rata die no período compreendido entre a data prevista para o pagamento e a data de sua efetivação, devendo ser devidamente circunstanciado em relatório do VERIFICADOR INDEPENDENTE do CONTRATO, oportunizando-se a oitiva do PODER CONCEDENTE sobre o tema.

13.10 Os pagamentos devidos à CONCESSIONÁRIA serão efetuados pelo PODER CONCEDENTE por intermédio da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, nos termos do ANEXO III ao EDITAL e processar-se-ão mediante crédito em conta corrente por ela indicada, que deverá ser aberta na mesma instituição financeira em que será depositada a garantia do PODER CONCEDENTE para a execução contratual, nos termos do CONTRATO DA CONTA-GARANTIA.

13.11 O cálculo do VCM a ser efetivamente pago à CONCESSIONÁRIA será realizado nos termos expostos na presente Cláusula.

13.11.1.1 O valor do VCM efetivamente pago à CONCESSIONÁRIA será obtido tomando-se por base o preço da proposta vencedora da CONCORRÊNCIA, decorrente da PROPOSTA COMERCIAL ou dos lances ofertados na SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO, aplicando-se as operações previstas nas Cláusulas a seguir.

13.11.1.2 O VCM efetivamente pago à CONCESSIONÁRIA é composto pela soma da parcela fixa devida pelo PODER CONCEDENTE, denominada “Parcela A”, somada à parcela variável vinculada ao desempenho dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, denominada “Parcela B”, multiplicada pela percentagem de ocupação do hospital referente à ETAPA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS vigente, sendo calculado a partir da seguinte fórmula:

$$VCMm = [(Parcela A) + (Parcela B \times FDC \times FOH)]$$

Onde:

VCMm: Valor de Contraprestação Mensal efetiva do mês

Parcela A: Parcela de referência da remuneração fixa, atualizada nos termos do da Cláusula Décima Quarta;

Parcela B: Parcela de referência da remuneração variável, atualizada nos termos do da Cláusula Décima Quarta;

FDC: Fator de Desempenho da Concessionária, conforme estabelecido no Relatório de Indicadores;

FOH: Fator de Ocupação do Hospital o qual será igual a 1 (hum) para uma Taxa de Ocupação Mensal do hospital igual ou inferior a 110%. Caso a ocupação seja superior a este percentual, o FOH idêntico à Taxa de Ocupação.

Taxa de Ocupação Mensal: trata-se da média aritmética da divisão do número total de pacientes internados pelo total de leitos registrados diariamente, verificados ao longo de três meses.

13.11.1.3 O montante mensalmente devido a título de VCM no tocante à Parcela B será calculado multiplicando-se o valor da Parcela B ofertada pelo licitante no EDITAL, corrigida nos termos da Cláusula Décima Quarta, pelo Fator de Desempenho da CONCESSIONÁRIA e pelo Fator de Ocupação do Edital.

13.12 O FDC será medido tendo em vista os serviços prestados a partir da ORDEM DE



INÍCIO da ETAPA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS a partir do 7º (sétimo) mês de prestação de serviços, sendo, portanto, aplicado como fator ponderação do VCM a partir do mês imediatamente seguinte, ou seja, o 8º (oitavo) mês após o início da ETAPA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

13.12.1. Para fins de aplicação do disposto na presente cláusula, a documentação referente ao 7º (sétimo) mês de serviços será analisada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE e pelo PODER CONCEDENTE no transcorrer do 8º (oitavo) mês de prestação de serviços, impactando o pagamento realizado no 9º (nono) mês a partir da ORDEM DE INÍCIO da ETAPA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, adotando-se a mesma metodologia em termos de prazo e procedimento para os pagamentos referentes aos meses subsequentes.

13.13 Na hipótese de a meta de atendimento de demandas encaminhadas pelo PODER CONCEDENTE exceder a 100% (cem por cento) do estipulado no ANEXO XVIII - INDICADORES DE DESEMPENHO, o PODER CONCEDENTE será informado desta condição pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, adotando-se as seguintes providências:

- a. o órgão regulador do PODER CONCEDENTE deverá compensar a demanda excepcional nos três meses subsequentes, de modo a normalizar o número de demandas enviadas ao CONCESSIONÁRIO neste período, reenquadrando-as no quantitativo previsto nas metas do indicador afetado;
- b. a quantidade de demandas não encaminhadas ao CONCESSIONÁRIO em função da compensação realizada no item anterior deverá ser informada pelo PODER CONCEDENTE ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, que contabilizará os atendimentos como realizados no período de aferição para fins de cálculo do VCM.

13.14 Caso o excesso de demandas previsto nesta subcláusula se mantenha por três meses ou mais, poderá ser utilizado a Mesa de Resolução de Conflitos prevista neste CONTRATO para a readequação dos indicadores afetados e eventual revisão do VCM.

13.15 Não serão promovidos descontos na parcela variável do VCM em função de subutilização ou de não haver a plena taxa de ocupação mensal do HMMDR por fatores alheios à vontade da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REAJUSTE

14.1 O valor de contraprestação mensal de referência (VCM) será reajustado anualmente por meio da aplicação da seguinte fórmula:

Onde:

$$VCM_C = VCM_A \times IRC$$

VCM_C é o Valor de Contraprestação Mensal máximo do ano corrente;

VCM_A é o Valor de Contraprestação Mensal vigente no ano anterior;

IRC é o Índice de Reajuste da Contraprestação calculado para o período.

14.1.1 O IRC será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IRC = 1 + (4\% \times IGPM + 16\% \times INCC + 80\% \times IPCA)$$

Onde:

INPC é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

IGP-M é o Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE);

IPCA é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

14.2 O primeiro reajuste do VCM deverá ser feito 14 (quatorze) meses após o primeiro pagamento da primeira contraprestação mensal, respeitando um período de 2 (dois) meses para a divulgação dos índices de inflação do décimo segundo mês.

14.2.1 Os reajustes serão realizados sempre no dia e mês em que tiver sido aplicado o reajuste do ano anterior, considerando a variação inflacionária dos 12 (doze) meses anteriores, observando-se o seguinte:

a) considerar-se-á como DATA-BASE para aplicação do primeiro reajuste o mês de [XXXXX], correspondente ao mês da apresentação da PROPOSTA COMERCIAL na LICITAÇÃO;

b) será considerado no primeiro Reajuste a variação ocorrida desde a DATA-BASE mencionada nesta Cláusula até a data desse primeiro reajuste;



14.3 Em caso de extinção ou não publicação de qualquer do índice mencionado na subcláusula 14.2, este deverá ser substituído por índice equivalente, até a definição de outro índice que retrate a variação de preços dos principais componentes de custos considerados na formação do valor do VCM.

14.4 O cálculo do reajuste dos valores do VCM será previamente submetido à apreciação do PODER CONCEDENTE para que este verifique a sua exatidão no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Estando correto o cálculo do reajuste, deverá o PODER CONCEDENTE, no prazo previsto na subcláusula acima, homologá-lo.

14.4.1 O PODER CONCEDENTE poderá se manifestar contrário ao reajuste do VCM se forem identificadas uma das seguintes hipóteses:

- a) houver erro matemático no cálculo do novo valor do VCM; ou
- b) não houver sido completado o período para o Reajuste do VCM.

15.1 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

15.2 A partir da emissão da ordem de início da etapa de prestação de serviços da PPP do HMMDR-PALMAS, nos termos estabelecidos neste CONTRATO e nos demais ANEXOS ao EDITAL, o PODER CONCEDENTE procederá à avaliação de desempenho dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, através de sistema de mensuração de desempenho, destinado à permanente e constante avaliação da disponibilidade e da qualidade dos serviços por ela prestados.

15.3 O VCM efetivamente devido poderá ser alterado para mais ou para menos em função da aplicação do fator de desempenho da CONCESSIONÁRIA, nos termos estabelecidos no ANEXO XVIII ao edital.

15.3.1 A concessionária declara ter pleno conhecimento e reconhece que:

15.3.2 Considerando o caráter objetivo dos critérios de avaliação de desempenho estabelecidos no ANEXO XVIII ao EDITAL, o seu resultado indicará as condições da prestação dos serviços da concessão e a sua conformidade com as exigências legais e contratuais;

15.3.3 A variação da remuneração é um mecanismo pactuado entre as partes e será aplicado de forma imediata e automática pelo PODER CONCEDENTE, pelos períodos previstos neste CONTRATO, considerando os serviços prestados e as exigências deste CONTRATO.



15.3.4 A variação do VCM que redundará no VCM efetivamente pago à CONCESSIONÁRIA a nos termos desta Cláusula não constitui penalidade contratual, mas, sim, mecanismo preestabelecido neste contrato para manutenção da equivalência contratual, segundo critérios preestabelecidos, entre os serviços prestados e a sua remuneração.

15.3.5 A avaliação do desempenho da concessão e a correspondente variação do VCM não prejudicam a verificação pelo poder concedente de inadimplemento contratual da CONCESSIONÁRIA e a consequente aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VERIFICADOR INDEPENDENTE

16.1 Deverão ser observados, pela CONCESSIONÁRIA, pelo PODER CONCEDENTE e pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, os objetivos, métodos de aferição, periodicidade de aferição, momento de ativação e vigência e sistemáticas de evolução atribuídas a cada um dos INDICADORES estabelecidos na Cláusula retro, conforme disposto no ANEXO XVIII ao EDITAL - INDICADORES DE DESEMPENHO.

16.2 Caberá à CONCESSIONÁRIA contratar o VERIFICADOR INDEPENDENTE e arcar com os custos oriundos da contratação.

16.2.1 A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, para prévia homologação do Poder Concedente, no prazo de até 60 (sessenta) dias contado da data de assinatura do contrato e sempre que determinada pelo PODER CONCEDENTE a substituição do VERIFICADOR INDEPENDENTE, uma lista tríplice com empresas ou consórcios de empresas para atuar como nesta função.

16.2.2 O VERIFICADOR INDEPENDENTE será escolhido pelo PODER CONCEDENTE dentre os homologados nos termos da subcláusula anterior, sendo seus trabalhos realizados por todo prazo da CONCESSÃO, incluindo as etapas necessárias à finalização das obrigações das PARTES.

16.2.3 O PODER CONCEDENTE poderá determinar, a qualquer tempo, mediante fundamentação técnica, a substituição do VERIFICADOR INDEPENDENTE, sendo o seu vínculo reavaliado ordinariamente a cada 5 (cinco) anos, podendo ser renovado no interesse do CONTRATO independentemente da adoção das providências previstas na subcláusula 16.2.1.

16.3 O VERIFICADOR INDEPENDENTE, que poderá constituir-se de ente público ou privado, sob a forma de organização social, sociedade ou empresa, deve ter reconhecida,



pública e notoriamente, sua idoneidade, imparcialidade, ética e competência técnica para aferição da execução do objeto deste contrato e dos INDICADORES DE DESEMPENHO previstos no ANEXO XVIII.

16.4 O VERIFICADOR INDEPENDENTE, no exercício de suas atividades, poderá realizar todas as diligências necessárias ao cumprimento de suas funções, franqueando-lhe a CONCESSIONÁRIA amplo acesso aos documentos e informações necessários a este fim.

16.5 O VERIFICADOR INDEPENDENTE, sem prejuízo de outras atividades previstas neste contrato, deverá, conforme solicitado pelo PODER CONCEDENTE:

- a) acompanhar a execução do CONTRATO e verificar o cumprimento das obrigações contratuais sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, informando ao PODER CONCEDENTE sobre o desempenho da CONCESSIONÁRIA, propondo o valor do VCM mensal, com base em relatório circunstanciado;
- b) emitir relatório anual sobre o cumprimento das obrigações contratuais sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA; e
- c) manter arquivo digitalizado dos relatórios emitidos.

16.6 O prazo de emissão dos relatórios poderá ser reduzido, a critério do PODER CONCEDENTE.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECEITAS ACESSÓRIAS

17.1 A CONCESSIONÁRIA poderá propor ao longo do CONTRATO outras atividades a serem exploradas, sendo que a referida proposta deverá ser apresentada acompanhada de projeto de viabilidade jurídica, técnica e econômico-financeira, bem como da comprovação da compatibilidade da exploração comercial pretendida com as normas legais e regulamentares aplicáveis a este CONTRATO e à SES-TO.

17.2 Uma vez aprovada pelo PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá manter contabilidade específica para as RECEITAS ACESSÓRIAS, com detalhamento das receitas, custos e resultados líquidos.

17.3 Os ganhos provenientes da receita bruta resultante das RECEITAS ACESSÓRIAS, seja a que título forem, serão partilhados com o PODER CONCEDENTE, que fará jus 50% (cinquenta por cento) do WACC dos respectivos valores.



17.4 A parcela advinda de RECEITAS ACESSÓRIAS em favor do PODER CONCEDENTE será por este apropriada e revertida na redução do valor do efetivo VCM, por intermédio de cálculo produzido pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, devidamente homologado pelas PARTES.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – REVISÕES PERIÓDICAS

18.1 Decorridos 12 (doze) meses da emissão da ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS, o PODER CONCEDENTE efetuará uma análise do comportamento dos Indicadores relacionados à Avaliação de Desempenho para avaliar a efetiva demanda dos serviços prestados, o perfil efetivo dos casos e verificar a pertinência das metas estabelecidas e poderá proceder eventualmente à revisão dos Indicadores e dos respectivos pesos de atividades, conforme indicados no ANEXO XVIII ao EDITAL – INDICADORES DE DESEMPENHO.

18.1.1 A revisão prevista nesta subcláusula não poderá diminuir o valor do VCM de referência proposto pela CONCESSIONÁRIA.

18.2 A cada 05 (cinco) anos, considerando a data de primeira revisão, conforme acima, será realizada nova revisão pelo PODER CONCEDENTE, com intuito de reavaliar a CONCESSÃO em relação aos serviços prestados e ao cenário econômico, preservando-se, contudo, a alocação de riscos e as regras para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro originalmente estabelecidas neste CONTRATO.

18.2.1 A reavaliação prevista nesta cláusula poderá ser estendida à revisão dos riscos associados ao presente CONTRATO, desde que em caráter excepcional e devidamente justificado pelas PARTES.

18.3 A revisão quinquenal poderá compreender a revisão das condições de execução do CONTRATO, das metas de demanda e dos critérios de avaliação de desempenho.

18.4 A revisão quinquenal servirá, igualmente, para avaliação dos equipamentos hospitalares e de infraestrutura empregados na prestação dos serviços da CONCESSÃO, com o intuito de apurar sua adequabilidade quantitativa e qualitativa, eventual necessidade de substituição ou de inovação tecnológica.

18.5 O VCM poderá sofrer aumentos ou reduções em decorrência de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, cujas hipóteses de cabimento, procedimento aplicável, critérios e princípios encontram-se estabelecidos no Capítulo VI deste CONTRATO.

18.5.1 Constitui causa especial de aumento do VCM eventual ampliação da área de

operação do HMMDR-PALMAS, a ser realizada a critério do PODER CONCEDENTE na área livre do edifício da maternidade.

CAPÍTULO VI – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO – HIPÓTESES DE RECOMPOSIÇÃO E RISCOS EXPRESSAMENTE ASSUMIDOS PELAS PARTES

19.1 Sempre que atendidas as condições deste CONTRATO, do EDITAL e demais ANEXOS ao EDITAL e mantida a repartição de riscos conforme neles estabelecido, considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro contratual.

19.2 Caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, devidamente comprovada a perda do equilíbrio da relação sinalagmática, nas hipóteses descritas nas subcláusulas a seguir:

19.2.1 Fato do Príncipe ou interferências imprevistas que onerem a execução do CONTRATO, salvo quando o ato ou fato caracterizar risco que já tenha sido atribuído expressamente à CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO, no EDITAL ou nos demais ANEXOS ao EDITAL.

19.2.2 Ocorrência de caso fortuito ou força maior não seguráveis no Brasil.

19.2.3 Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais, ressalvados os impostos e contribuições sobre a renda, que tenham impacto direto nas receitas ou remuneração ou despesas da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, relacionadas especificamente com a execução dos serviços objeto do CONTRATO.

19.3 Não caberá recomposição do equilíbrio econômico-financeiro por eventos decorrentes dos riscos imputados à CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO, no EDITAL ou nos demais ANEXOS ao EDITAL, especialmente nas seguintes hipóteses:

19.3.1 Variações de custos nas obrigações imputáveis à CONCESSIONÁRIA.

19.3.2 Aumento do custo de empréstimos e financiamentos assumidos pela CONCESSIONÁRIA para realização de investimentos ou custeio das operações objeto do CONTRATO.

19.3.3 Variação de custo decorrente de variação cambial.

19.3.4 Se ficar caracterizado que os impactos motivadores do pedido por parte da CONCESSIONÁRIA poderiam ter sido neutralizados com a melhoria da eficiência na

prestação do serviço; ou quando da ocorrência de negligência, inépcia ou omissão na execução contratual; ou de qualquer forma a CONCESSIONÁRIA tenha concorrido, direta ou indiretamente, para o evento causador do desequilíbrio.

19.4 O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE, devendo ser apresentados, no mínimo:

19.4.1 Identificação precisa do evento que dá ensejo ao pedido de reequilíbrio.

19.4.2 Comprovação dos gastos, diretos e indiretos, efetivamente incorridos pela CONCESSIONÁRIA, decorrentes do evento que deu origem ao pleito.

19.4.2.1 Na hipótese de novos investimentos e serviços, projeção de Fluxo de Caixa Marginal decorrente do evento que ensejou o desequilíbrio, considerando: (i) os fluxos marginais, positivos ou negativos, calculados com base na diferença entre as situações com e sem evento; e (ii) os fluxos marginais necessários à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

19.5 Os seguintes procedimentos deverão ser observados para os cálculos que levarão à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro:

19.5.1 A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será realizada de forma que seja nulo o valor presente líquido da diferença entre: (i) o fluxo de caixa do negócio estimado sem considerar o impacto do evento; e (ii) o fluxo de caixa projetado, em caso de eventos futuros, ou observado, em caso de eventos passados, tomando-se em conta o evento que ensejou o desequilíbrio.

19.5.2 Para fins de determinação dos fluxos dos dispêndios marginais, deverão ser utilizadas as melhores informações disponíveis para estimar o valor dos investimentos, custos e despesas, bem como eventuais receitas e outros ganhos, resultantes do evento que deu causa ao desequilíbrio, por meio das melhores referências de preço do setor público e do setor privado disponíveis no momento do pleito e, na indisponibilidade de informações mais atuais e a critério do PODER CONCEDENTE, das projeções realizadas por ocasião da LICITAÇÃO.

19.5.3 O reequilíbrio poderá ser calculado antes ou depois do efetivo impacto do evento que ensejou o desequilíbrio no fluxo financeiro da CONCESSIONÁRIA, sendo, para tanto, calculado o Valor Presente dos fluxos de desequilíbrios, na data da avaliação.

19.5.4 A taxa de desconto será calculada a partir da seguinte formulação:

$$x = [(1 + 3,67\%) * (1 + NTNB)] - 1$$

Onde:

x = Taxa de desconto real do fluxo de caixa marginal;

NTNB: Taxa bruta real de juros de venda das Notas do Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B) ou, na ausência deste, outro que o substitua, com vencimento em 2055 ou outro mais compatível com a data do termo contratual, ex- ante a dedução do imposto de renda, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, calculada pela média dos últimos 12 (doze) meses e apurada no início de cada ano contratual.

19.6 Na avaliação do pleito iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer tempo, solicitar laudos técnicos econômicos específicos, elaborados por entidades independentes.

19.7 A critério do PODER CONCEDENTE poderá ser realizada, por intermédio de entidade independente especializada e com capacidade técnica publicamente reconhecida, auditoria para constatação da situação que ensejou o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

19.8 O PODER CONCEDENTE terá livre acesso a informações, bens e instalações da CONCESSIONÁRIA ou de terceiros por ela contratados para aferir, direta ou por meio de terceiros contratados, o que for alegado pela CONCESSIONÁRIA.

19.9 Todos os custos com diligências e estudos necessários à plena instrução do pedido de reequilíbrio correrão por conta das PARTES, em proporções iguais, em caso de procedência do pleito ao final.

19.10 A eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro a pedido da CONCESSIONÁRIA deverá necessariamente considerar em favor do PODER CONCEDENTE os ganhos econômicos extraordinários, que não decorram diretamente da sua eficiência empresarial, propiciados por alterações tecnológicas ou pela modernização, expansão ou racionalização dos serviços, bem como ganhos de produtividade ou redução de encargos setoriais gerados por fatores externos à CONCESSIONÁRIA.

19.11 A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO não poderá importar efeito retroativo superior a 180 (cento e oitenta) dias contados da data da apresentação do pleito ou da comunicação.

19.12 Do Procedimento para requerimento de recomposição pela CONCESSIONÁRIA:

a) A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE



Notificação de Solicitação de Recomposição do Equilíbrio Econômico- Financeiro, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data em que tomar conhecimento da ocorrência da hipótese ensejadora da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Na referida Notificação, a CONCESSIONÁRIA deverá fornecer detalhes sobre a hipótese ensejadora da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, bem como informações sobre:

- i. A data da ocorrência e provável duração da hipótese ensejadora da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro;
- ii. A estimativa da variação de investimentos, custos ou despesas, ou variação de receitas;
- iii. A estimativa do impacto da variação no PLANO DE NEGÓCIOS da CONCESSIONÁRIA;
- iv. Qualquer alteração necessária nos serviços objeto deste CONTRATO;
- v. Eventual necessidade de aditamento deste CONTRATO; e
- vi. A eventual necessidade de liberação do cumprimento de quaisquer obrigações, de qualquer das PARTES.

19.13 As referências de projeto constantes do ANEXO II ao EDITAL – CADERNO DE ENCARGOS, bem como do PLANO DE NEGÓCIOS apresentado pela CONCESSIONÁRIA para fundamentar pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, constituem tão somente elementos passíveis de análise a serem utilizados pelo PODER CONCEDENTE, tendo em vista que ambos foram elaborados segundo o contexto legal e econômico da época, podendo servir, ainda, como referência para o estabelecimento do fluxo de caixa marginal eventualmente necessário à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro para a execução de serviços ou obras não previstos neste CONTRATO.

19.14 Dentro de 20 (vinte) dias a contar da data da entrega da Notificação, a CONCESSIONÁRIA deverá comprovar os fatos e as condições que ensejaram a solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e, também:

- a) Que a hipótese ensejadora da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro foi a causa direta da alteração dos investimentos, custos ou despesas, ou descumprimento dos Indicadores de Desempenho previstos no ANEXO XVIII do EDITAL; ou
- b) Que a alteração dos investimentos, custos ou despesas, o descumprimento



dos Indicadores de Desempenho previstos no ANEXO XVIII do EDITAL ou a liberação do cumprimento de certas obrigações contratuais não puderam e não poderiam ser evitados, mitigados ou recuperados pela CONCESSIONÁRIA ou por seus contratados, atuando esta com diligência, prudência e perícia, por meio da adoção de medidas que estivessem ou estejam a seu alcance, incluindo, quando for o caso, o uso de avaliações de mercado e demonstração de como a hipótese vem afetando os preços cobrados por outros negócios semelhantes ao objeto deste CONTRATO.

19.15 O PODER CONCEDENTE examinará as informações fornecidas pela Concessionária e decidirá, no prazo de até 90 (noventa) dias, pelo cabimento ou não da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Este prazo poderá ser prorrogado, à critério do PODER CONCEDENTE, em razão da eventual complexidade da análise.

19.16 Ao final do procedimento indicado conforme retro, caso a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro tenha sido julgada cabível, o PODER CONCEDENTE poderá selecionar, a seu exclusivo critério, dentre uma ou mais das seguintes formas de recomposição:

- a) Aumento da Parcela A do VCM, inclusive para fins de compensação dos custos e despesas adicionais ou da perda de receita efetivamente ocorrida em função do fato de desequilíbrio econômico-financeiro e recomposição advinda da ampliação do funcionamento do HMMDR-PALMAS mediante ocupação da área livre do edifício;
- b) Alteração do PRAZO DA CONCESSÃO, respeitados os limites da legislação vigente;
- c) Modificação, de forma proporcional, de determinadas obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA, diretamente relacionadas à hipótese ensejadora da recomposição; ou
- d) Pagamento à CONCESSIONÁRIA, dos valores apurados em razão do desequilíbrio do contrato.

19.17 Na hipótese de a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro vir a ser solicitada pelo PODER CONCEDENTE, este sujeitar-se-á ao mesmo procedimento e, aceita a recomposição pela CONCESSIONÁRIA, poderá esta redundar, a critério exclusivo do PODER CONCEDENTE, em:

- a) Redução do valor da Parcela A do VCM, com a realocação dos excedentes



então apurados à exclusivo critério do PODER CONCEDENTE, conforme autorizado em Lei;

- b) Alteração de determinadas obrigações contratuais do PODER CONCEDENTE;
- c) Pagamento ao PODER CONCEDENTE, pela CONCESSIONÁRIA, dos valores apurados em razão do desequilíbrio do CONTRATO.

19.18 Em nenhuma hipótese, os processos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderão ser entendidos como prêmio à negligência ou desídia. Eventuais aportes por parte do PODER CONCEDENTE somente poderão ser realizados após a disponibilização dos serviços concedidos, desde que a ETAPA DE OBRAS tenha sido finalizada dentro do prazo contratualmente estabelecido.

19.19 A critério do ESTADO, será realizada auditoria na CONCESSIONÁRIA, a qualquer tempo, por intermédio de empresa especializada e com elevada capacidade técnica reconhecida publicamente para constatação da situação alegada pela CONCESSIONÁRIA. Nesta hipótese haverá a suspensão do prazo previsto acima até a finalização da auditoria aqui mencionada.

19.20 O acionamento dos mecanismos de reequilíbrio poderá implicar na aplicação do fluxo de caixa marginal em adição ao PLANO DE NEGÓCIOS, com realimento da otimização da relação risco-retorno e estabelecimento de uma nova matriz de riscos, conforme previsto no ANEXO XIX do EDITAL – MATRIZ DE RISCOS.

19.21 A CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à presente CONCESSÃO, salvo disposição expressa em contrário disposta neste contrato ou no ANEXO XIX DO EDITAL - MATRIZ DE RISCOS.

19.22 Incluem-se, não se limitando aos abaixo arrolados, nos riscos assumidos pela CONCESSIONÁRIA:

- a) Custos e obrigações atrelados à obtenção, complementação, manutenção ou renovação de licenças, permissões e autorizações necessárias à instalação do HMMDR-PALMAS e ao desenvolvimento dos serviços BATA CINZA;
- 1. Caberá à CONCESSIONÁRIA realizar a solicitação de Carta de Diretrizes junto à Concessionária de Água e Esgoto, na etapa de Projeto, sendo da responsabilidade do PODER CONCEDENTE solicitar a extensão de rede e seus custos, se necessário;
- 2. Caberá à CONCESSIONÁRIA a aprovação das entradas de energia junto à Concessionária de Energia Elétrica, sendo da responsabilidade do PODER



CONCEDENTE solicitar a extensão de rede elétrica e arcar com seus custos, se necessário.

- b) Custos excedentes relacionados ao objeto da Concessão Administrativa, ou custos por ele subestimados;
- c) Variação de custos de insumos, custos operacionais, de manutenção, investimentos ou qualquer outro custo incorrido na sua atuação;
- d) Passivos ou irregularidades ambientais cujo fato gerador tenha se materializado após o início da ETAPA DE OBRAS;
- e) Atraso no cumprimento do cronograma e prazos estabelecidos neste Contrato, quando relacionados às suas obrigações assumidas;
- f) Mudanças no plano de investimentos ou nos projetos, por decisão própria;
- g) Erro de projeto, erro na estimativa de custos ou gastos, falhas na prestação dos serviços, defeitos nas obras ou equipamentos, erros ou falhas causadas pelos terceirizados ou subcontratados;
- h) Roubos, furtos, destruição, perda ou avarias HMMDR-PALMAS ou em seus ativos, cuja materialização não tenha sido provocada pelo PODER CONCEDENTE;
- i) Segurança e saúde dos trabalhadores do HMMDR-PALMAS que estejam a ele subordinados, seus subcontratados ou terceirizados;
- j) Cumprimento da legislação aplicável e vigente no Brasil, especialmente a legislação trabalhista, previdenciária e tributária;
- k) Greves e dissídios coletivos de seus funcionários, seus fornecedores, subcontratados ou terceirizados;
- l) Aumento do custo de capital, variação nas taxas de câmbio ou alteração de taxas de juros praticados no mercado;
- m) Aumento do custo de empréstimos e financiamentos assumidos para a realização de investimentos ou custeio das operações objeto da CONCESSÃO;
- n) Qualidade na prestação dos Serviços Bata Cinza, atendimento às especificações técnicas dos serviços e aos INDICADORES DE DESEMPENHO;
- o) Descumprimento da Matriz de Interface, naquilo que estiver sob sua responsabilidade;
- p) Adequação à regulação exercida pela ANVISA e demais órgãos e entidades de Vigilância Sanitária, no que se refere à instalação, manutenção e bens do HMMDR-PALMAS, bem como, no que aplicável, aos Serviços BATA CINZA;



- q) Prejuízos causados a terceiros por sua culpa, seus empregados, prestadores de serviço, terceirizados, subcontratados ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ele vinculada, no exercício das atividades abrangidas neste CONTRATO;
- r) Planejamento tributário;
- s) Capacidade financeira ou de captação de recursos, assim como os custos de empréstimos e financiamentos por ele obtidos;
- t) Decisões judiciais que suspendam as obras ou a prestação dos Serviços BATA CINZA decorrentes de seus atos comissivos ou omissivos a si imputáveis;
- u) Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia, omissão ou das suas próprias atividades no cumprimento do objeto deste Contrato;
- v) Todos os riscos inerentes à exploração das Atividades Acessórias;
- w) Alterações no cenário macroeconômico e variações da taxa de câmbio;
- x) Constatação superveniente de erros ou omissões no PLANO DE NEGÓCIOS
- y) Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais que não tenham repercussão direta nas receitas e despesas da Concessionária.

19.23 O PODER CONCEDENTE, sem prejuízo das demais disposições deste CONTRATO e do previsto no ANEXO XIX DO EDITAL - MATRIZ DE RISCOS, assume os seguintes riscos relacionados à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA:

- a) Decisões judiciais ou administrativas que impeçam ou impossibilitem a CONCESSIONÁRIA de prestar os serviços ou que interrompam ou suspendam o pagamento do VCM, seu reajuste ou revisão, exceto nos casos em que a CONCESSIONÁRIA tiver dado causa à decisão;
- b) Atrasos ou inexecução das obrigações da CONCESSIONÁRIA causados pela demora ou omissão do PODER CONCEDENTE ou de demais órgãos ou entidades da Administração Pública;
- c) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, quando as consequências não forem seguráveis no Brasil ou quando as consequências forem seguráveis, no que exceder ao valor da cobertura estabelecida neste CONTRATO e em seus ANEXOS;
- d) Criação ou extinção de tributos ou alterações na legislação ou na regulação, salvo aquelas atinentes a impostos ou contribuições sobre a renda, que tenham impacto direto nas receitas ou despesas da CONCESSIONÁRIA, relacionados especificamente com a execução dos serviços objeto deste CONTRATO;
- e) Majoração da alíquota do ISS incidente sobre a remuneração da



CONCESSIONÁRIA imposta pelo Município de Palmas;

- f) Prestação e manutenção de plenas condições dos serviços assistenciais (BATA BRANCA) no HMMDR-PALMAS;
- g) Vícios no imóvel no qual será implantado o HMMDR-PALMAS, incluindo incompatibilidade entre as informações presentes no Edital ou fornecidas pelo PODER CONCEDENTE e as condições e especificações efetivamente encontradas para a execução das obras;
- h) Circunstâncias geológicas, Interferências ou descobertas arqueológicas no imóvel, inclusive os custos para prospecção e resgate.

19.24 As Partes declaram:

- i. Ciência integral quanto à natureza e extensão dos riscos respectivamente assumidos neste CONTRATO;
- ii. Que a materialização de qualquer dos riscos assumidos pela CONCESSIONÁRIA não acarretará o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;
- iii. Que a CONCESSIONÁRIA levou em consideração a repartição de riscos estabelecida neste CONTRATO e no ANEXO XIX ao EDITAL - MATRIZ DE RISCOS para a formulação de sua

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

20.1 Na hipótese de novos investimentos ou serviços solicitados pelo PODER CONCEDENTE e não previstos neste CONTRATO, este poderá requerer à CONCESSIONÁRIA a elaboração do projeto básico dos serviços, considerando que:

- a)** O projeto básico deverá conter todos os elementos necessários à precificação do investimento e às estimativas de seu impacto sobre as receitas e despesas da CONCESSIONÁRIA, segundo as melhores práticas e critérios de mercado, tudo de acordo com as normas técnicas e diretivas eventualmente estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE sobre o assunto;
- b)** O PODER CONCEDENTE estabelecerá o valor limite do custo dos projetos e estudos a serem considerados para efeito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro a ser posteriormente entabulado.

20.1.1 Na hipótese de investimentos ou novos serviços solicitados pelo PODER CONCEDENTE e não previstos neste CONTRATO, tais poderão ser objeto de



recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, ainda que temporariamente, e os cálculos para sua remuneração pelo PODER CONCEDENTE terão por base o método do Fluxo de Caixa Marginal referenciado ao PLANO DE NEGÓCIOS inicial, devidamente atualizado e constante da PROPOSTA da CONCESSIONÁRIA, projetado em razão do evento que ensejou a recomposição.

20.2 Os serviços não previstos, conforme disciplina desta Cláusula, não poderão representar valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do CONTRATO, à exceção de eventual ampliação do atendimento no edifício do HMMDR-PALMAS, nas áreas disponíveis já edificadas pela CONCESSIONÁRIA.

CAPÍTULO VII – RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS AOS SERVIÇOS CONCEDIDOS E CONDIÇÕES ESPECÍFICAS RELACIONADAS AO SEU FINANCIAMENTO

21.1 A CONCESSIONÁRIA é responsável pela obtenção dos financiamentos, segundo seu PLANO DE NEGÓCIOS, necessários à execução do objeto deste CONTRATO, de modo que se cumpram, cabal e tempestivamente, todas as obrigações assumidas neste CONTRATO.

21.2 A CONCESSIONÁRIA poderá oferecer em garantia aos seus financiadores os seus direitos emergentes deste CONTRATO, observada a Legislação vigente.

21.3 A CONCESSIONÁRIA poderá, ainda, emitir debêntures ou outros títulos que representem obrigações de sua responsabilidade, em favor de terceiros, para o financiamento das atividades decorrentes deste CONTRATO.

21.4 As ações ou cotas da CONCESSIONÁRIA poderão ser dadas em garantia ou contragarantia pelos acionistas da CONCESSIONÁRIA em financiamento ou outras operações financeiras relacionadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do CONTRATO.

21.5 A CONCESSIONÁRIA procederá, quando aplicável, ao compartilhamento com o PODER CONCEDENTE de ganhos econômicos efetivos decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados, na proporção de 50% (cinquenta por cento), a serem aplicados na redução do VCM, em conformidade com fator de redução a ser acordado entre as PARTES.



21.5.1 Para atendimento ao disposto retro, a CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar os documentos relacionados aos financiamentos efetuados, bem como comunicar ao ESTADO, de imediato, qualquer evento resultante de eventual redução do risco de crédito.

CAPÍTULO VIII – DOS BENS NO ÂMBITO DO CONTRATO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – REVERSÃO DOS BENS

22.1 Extinto o presente CONTRATO, os bens utilizados nos serviços de Bata Cinza, bem como os equipamentos de infraestrutura hospitalar e da edificação do HMMDR-PALMAS implantados pela CONCESSIONÁRIA serão transferidos ao PODER CONCEDENTE.

22.2 Os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios (tintas, fiações, canos, lâmpadas, madeirames, escadas móveis, andaimes, instrumentos) necessários à prestação dos serviços de manutenção predial à encargo da CONCESSIONÁRIA constituem bens reversíveis, nos termos deste CONTRATO.

22.3 A transferência ao PODER CONCEDENTE dos bens objeto da CONCESSÃO será gratuita e automática, com os bens livres de quaisquer ônus ou encargos.

22.4 A CONCESSIONÁRIA elaborará e apresentará, quando da entrega do PROJETO BÁSICO, lista contendo Inventário dos bens reversíveis, para aprovação do PODER CONCEDENTE, que poderá requerer acréscimos ou exclusões, aprovando-a em 15 (quinze) dias da data de seu recebimento.

22.4.1 Ultrapassado o prazo retro sem manifestação do PODER CONCEDENTE, a lista contendo Inventário dos bens reversíveis encaminhada pela CONCESSIONÁRIA, será considerada aprovada.

22.5 A CONCESSIONÁRIA obriga-se a atualizar a lista contendo o inventário de bens reversíveis a cada dois anos a contar da entrega da primeira lista, devendo encaminhar o documento atualizado para aprovação do PODER CONCEDENTE na forma acima estabelecida.

22.6 Os bens transferidos integrarão o patrimônio do PODER CONCEDENTE na categoria de bens de uso especial.

22.7 Aplicam-se ao regime dos BENS REVERSÍVEIS da CONCESSÃO, sem prejuízo de outras disposições previstas neste CONTRATO e seus ANEXOS, o seguinte



22.7.1 Todos os BENS REVERSÍVEIS deverão ser mantidos em bom estado de conservação e em pleno funcionamento pela CONCESSIONÁRIA, por todo o prazo da CONCESSÃO.

22.7.2 Ao final da vida útil dos BENS REVERSÍVEIS, a CONCESSIONÁRIA deverá proceder com sua imediata substituição por bens novos e semelhantes, de qualidade igual ou superior, observada as obrigações de continuidade da prestação dos serviços objeto deste CONTRATO e, especialmente, a obrigatória atualização tecnológica e os ÍNDICES DE DESEMPENHO.

22.7.3 A substituição dos BENS REVERSÍVEIS ao longo do prazo da CONCESSÃO, quando realizada nos termos da Cláusula 22.7.2. acima, não autoriza qualquer pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO por qualquer das Partes. A CONCESSIONÁRIA declara, desde já, que todos os valores necessários à reposição, substituição e manutenção ordinária de BENS REVERSÍVEIS já foram considerados em sua proposta, razão pela qual concorda que o valor do VCM é suficiente para tais substituições, reposições ou manutenções.

22.7.4 Os BENS REVERSÍVEIS não considerados inservíveis que foram substituídos no curso do CONTRATO de CONCESSÃO deverão ser entregues ao PODER CONCEDENTE, que os destinarão às finalidades que entender cabíveis.

22.7.5 Todo o investimento, inclusive a manutenção e substituição de Bens Reversíveis, previsto originalmente neste Contrato de Concessão Administrativa, deverá ser amortizado pela CONCESSIONÁRIA no PRAZO DA CONCESSÃO, não cabendo qualquer pleito ou reivindicação de indenização por eventual saldo não amortizado ao final deste prazo quanto a esses bens.

22.7.6 Depende de anuência prévia do PODER CONCEDENTE a alienação, constituição de ônus ou transferência, de qualquer natureza, dos BENS REVERSÍVEIS.

22.7.7 A alienação ou transferência de BENS REVERSÍVEIS a terceiros somente será autorizada pelo PODER CONCEDENTE quando, cumulativamente, presentes os seguintes requisitos, não obstante outras exigências que possam ser formuladas pelo PODER CONCEDENTE, observados os limites legais:

- (i) Prova de não comprometimento da continuidade na prestação dos serviços objeto deste CONTRATO;



(ii) Prova de não comprometimento da qualidade na prestação dos serviços objeto deste CONTRATO; e

(iii) Obrigação da CONCESSIONÁRIA em realizar a imediata substituição dos bens a serem alienados ou transferidos, por bens novos, de funcionalidade semelhante e tecnologia igual ou superior.

22.7.8 Com o encerramento do PERÍODO DE INVESTIMENTOS, a CONCESSIONÁRIA celebrará com o PODER CONCEDENTE Termo de Arrolamento dos Bens Reversíveis, no qual serão discriminados os BENS REVERSÍVEIS construídos, adquiridos ou de qualquer forma modificados pelo Parceiro Privado.

22.7.9 O Termo de Arrolamento dos Bens Reversíveis ao Parceiro Privado constituirá o Inventário de Bens Reversíveis da CONCESSÃO, devendo ser mantido atualizado pela CONCESSIONÁRIA durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, com as informações pertinentes e atualizações, sob pena das penalizações cabíveis.

CAPÍTULO IX – GARANTIAS E SEGUROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA

23.1 Para garantia do fiel cumprimento das obrigações assumidas neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA ofereceu ao PODER CONCEDENTE, na forma prevista na legislação e no EDITAL, GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO equivalente a 6% (seis por cento) do valor total dos investimentos e da operação (CAPEX e OPEX) previsto para todo o prazo de contratação no seu PLANO DE NEGÓCIOS, devidamente aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

23.2 A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prevista nesta Cláusula deverá ser mantida até a data da emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO do CONTRATO.

23.3 A garantia poderá ser feita nas modalidades previstas na Lei Federal n. 14.133/2021, apontadas no EDITAL e seus ANEXOS, devendo ser atualizada anualmente, a partir da data de sua validade, conforme atualização a ser aplicada ao VCM.



CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO PELO PODER CONCEDENTE

24.1 O PODER CONCEDENTE, como condição eficácia do CONTRATO, e até o cumprimento de todas as suas obrigações pecuniárias nele previstas, deverá:

- a) constituir e manter CONTA GARANTIA em favor da CONCESSIONÁRIA, onde deverá ser mantido o SALDO MÍNIMO previsto no EDITAL;
- b) promover a autorização, por intermédio do CONTRATO DA CONTA DE GARANTIA, da utilização de numerário recebido por intermédio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal como garantia dos pagamentos devidos ao contratado;

24.1.1 A estrutura de garantias estipulada nos subitens (a) e (b) será regida e regulada pelo CONTRATO DE CONTA GARANTIA - Anexo III do EDITAL - a ser firmado entre o PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA indicada.

24.2 O CONTRATO DE CONTA DE GARANTIA deverá ser firmado no prazo de até 60 (sessenta) dias da assinatura do presente CONTRATO.

24.3 Após a assinatura do CONTRATO DA CONTA DE GARANTIA, quaisquer das PARTES poderão providenciar seu registro em cartório de Registro de Títulos e Documentos do Município de Palmas.

24.4 Com base no CONTRATO DA CONTA DE GARANTIA, a ausência de pagamento do VCM pelo PODER CONCEDENTE, nos termos e prazos estipulados neste CONTRATO, obrigará a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a efetuar, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas e independentemente de qualquer solicitação das PARTES, a transferência do VCM devido à CONCESSIONÁRIA.

24.4.1 O VCM a ser transferido automaticamente pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA à CONCESSIONÁRIA, conforme previsto nesta subcláusula, advirá de valores depositados na CONTA GARANTIA.

24.5 A CONTA GARANTIA deverá ter, no momento da emissão da primeira ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS, o SALDO MÍNIMO correspondente a 4 (quatro) VCM atualizados, quantia essa que deverá ser mantida até o término do presente CONTRATO.

24.6 A ausência de SALDO MÍNIMO na CONTA GARANTIA será suprida com a utilização de numerário proveniente do FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO



FEDERAL, nos limites estabelecidos no ANEXO III ao EDITAL - CONTRATO CONTA GARANTIA.

24.7 Será vedado ao PODER CONCEDENTE realizar diretamente qualquer movimentação na CONTA GARANTIA durante a vigência deste CONTRATO, excetuadas as disposições nele previstas.

24.8 O SALDO MÍNIMO contido na CONTA GARANTIA não poderá ser utilizado para qualquer outra finalidade, tampouco ser dado em garantia de quaisquer outros projetos ou contratos do PODER CONCEDENTE, independentemente de sua natureza.

24.9 O SALDO MÍNIMO contido na CONTA GARANTIA não se comunicará com qualquer outro patrimônio do PODER CONCEDENTE, ficando vinculado exclusivamente à garantia do presente CONTRATO, não podendo, portanto, ser objeto de penhora, arresto, sequestro, busca e apreensão, ou qualquer ato de constrição judicial decorrente de outras obrigações do ESTADO.

24.10 Caso os valores depositados na CONTA GARANTIA sejam superiores ao SALDO MÍNIMO, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA poderá realizar, mediante solicitação do PODER CONCEDENTE e anuência expressa da CONCESSIONÁRIA, a transferência dos recursos excedentes para a conta de titularidade do PODER CONCEDENTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – SEGUROS

25.1 A CONCESSIONÁRIA deverá, durante todo o PRAZO da CONCESSÃO, contratar e manter em vigor, no mínimo, as apólices de seguro indicadas nesta Cláusula, nas condições ora estabelecidas.

25.2 A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e fornecer ao PODER CONCEDENTE, nos termos previstos neste CONTRATO e em seu PLANO DE NEGÓCIOS, Plano de Seguros para o HMMDR-PALMAS, que será desenvolvido a partir da avaliação do valor em risco, a importância segurada e as condições das respectivas coberturas. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA avaliarão a necessidade de revisão anual ou em outra periodicidade do Plano de Seguros.

25.3 Todos os seguros contratados para os fins deste CONTRATO deverão ser contratados com seguradoras e resseguradoras de primeira linha, autorizadas a operar no Brasil, apresentando, sempre, Certidão de Regularidade Operacional expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em nome da seguradora que emitir cada apólice.



25.4 Nenhum serviço ou investimento poderá ter início ou prosseguir sem que a CONCESSIONÁRIA comprove a contratação dos seguros indicados nesta Cláusula, mediante apresentação da apólice, prova de pagamento do prêmio, Certidão de Regularidade Operacional e prova de contratação de resseguro.

25.5 Os valores contratados deverão ser definidos pela CONCESSIONÁRIA, de acordo com o cronograma implantação dos serviços Bata Cinza. As franquias serão aquelas praticadas pelo mercado segurador em negócios desta natureza.

25.6 Na contratação de seguros, a CONCESSIONÁRIA ainda deverá observar o seguinte:

25.6.1 Todas as apólices de seguro deverão ter vigência mínima de 12 (doze) meses.

25.6.2 A CONCESSIONÁRIA deverá fazer constar das apólices de seguro a obrigação da Seguradora de informar por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da efetiva ocorrência, à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE, quaisquer fatos que possam implicar no cancelamento, total ou parcial, dos seguros contratados, redução de cobertura, aumento de franquia ou redução de importâncias seguradas, observadas as situações previstas em lei.

25.7 A CONCESSIONÁRIA é responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto no Contrato.

25.7.1 Eventuais diferenças entre os valores contratados e as indenizações ou sinistros pagos não ensejarão direito a reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e nem elidirão a obrigação de a CONCESSIONÁRIA manter o serviço adequado.

25.8 A CONCESSIONÁRIA poderá alterar as coberturas e franquias, bem como quaisquer condições das apólices contratadas, para adequá-las às fases de ETAPAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, condicionadas, contudo, à apresentação ao PODER CONCEDENTE de documento de Adequação do Plano de Seguros.

25.9 As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO ou a regulação setorial, e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, de que conhece integralmente este CONTRATO, inclusive no que se refere aos limites dos direitos da CONCESSIONÁRIA.

25.10 A CONCESSIONÁRIA assume toda a responsabilidade pela abrangência ou omissões decorrentes da realização dos seguros de que trata este CONTRATO, inclusive para fins dos riscos assumidos.

25.11 No caso de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de contratar e



manter em plena vigência as apólices de seguro, o PODER CONCEDENTE, independentemente da sua faculdade de decretar a intervenção ou a caducidade da CONCESSÃO, poderá proceder à contratação e ao pagamento direto dos prêmios respectivos, correndo a totalidade dos custos às expensas da CONCESSIONÁRIA, que deverá reembolsar o PODER CONCEDENTE em até 05 (cinco) dias úteis a contar de sua notificação, sob pena de caracterização de falta média, nos termos previstos neste CONTRATO, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

25.12 Na hipótese de não pagamento do reembolso previsto na subcláusula retro, fica o PODER CONCEDENTE desde já autorizado a executar a Garantia de Execução ou efetuar desconto no pagamento da Contraprestação Mensal devida ao CONCESSIONÁRIO, para reembolsar os custos com a contratação do referido seguro.

25.13 Durante toda a vigência do CONTRATO de CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá contratar e manter em vigor os seguintes seguros:

- a) RC-operações: cobre danos causados a terceiros quando o Segurado for obrigado a indenizá-los, a título de reparação, por decisão judicial ou em juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, mediante a anuência da sociedade seguradora, desde que atendidas as disposições do contrato;
- b) RC-obras: cobre os riscos oriundos da realização de uma obra (reforma, ampliação ou obra nova), garantindo os eventos da natureza, erros de projeto, incêndio e explosão, e ainda a responsabilidade civil;
- c) Ambulâncias: cobre o veículo e terceiros em casos de colisão, incêndio, roubo, furto e alagamento, com assistência técnica incluindo reboque 24 (vinte e quatro) horas, por dia, 07 (sete) dias por semana, em todo o território nacional, conforme as características, coberturas, condições específicas e gerais da apólice;
- d) Riscos engenharia: garante o interesse legítimo do Segurado contra danos físicos à propriedade tangível que a obra venha a sofrer, durante a vigência da apólice, em consequência de riscos cobertos, enquanto permanecerem inalterados os dados constantes da proposta de seguro (ficha de informações, contrato de construção civil, instalação e montagem, projeto e outros documentos) que serviram de base à emissão da apólice.
- e) Riscos operacionais: garante o interesse legítimo do Segurado, contra prejuízos devidamente comprovados, em consequência da realização de riscos cobertos pela apólice, ocorridos durante a sua vigência. Consideram-se riscos

cobertos aqueles expressamente convencionados nas condições especiais e particulares ratificadas na apólice;

f) RD-equipamentos: garante ao Segurado o pagamento de indenização por prejuízos que o mesmo possa sofrer em consequência direta da realização dos riscos previstos e cobertos nas Condições Especiais e/ou Condições Particulares, observados o Limite Máximo da Garantia (LMG) da apólice e os Limites Máximos de Indenização (LMI) fixados para cada cobertura Contratada, e, ainda, as demais Condições Contratuais aplicáveis;

g) Transporte equipamentos: garante o pagamento da indenização ao Segurado ou ao Beneficiário indicado na apólice, por prejuízos ocorridos e devidamente comprovados, decorrentes dos riscos cobertos, conforme definidos nas Condições Especiais da apólice. São indenizáveis os danos materiais e as despesas realizadas para a defesa, salvaguarda, e/ou recuperação do objeto segurado, e a minimização de suas perdas e danos, desde que diretamente resultantes dos riscos cobertos pelas condições contratuais, até o limite da importância segurada;

h) Garantia de Execução do Contrato: garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo Tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

25.13.1 Caso a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO seja efetuada na modalidade de seguro-garantia, tal instrumento deverá garantir a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços, nos termos da Circular SUSEP nº 477/2013, Condições Especiais do Ramo 0776 – Modalidade I – Seguro Garantia para Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços.

25.14 A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar anualmente cópia autenticada das apólices dos seguros contratados e suas posteriores renovações ao PODER CONCEDENTE, admitidas apólices com certificação digital em substituição às cópias autenticadas.

CAPÍTULO X – RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – RESPONSABILIDADE GERAL

26.1 A CONCESSIONÁRIA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que vier a causar ao PODER CONCEDENTE, bem como a coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência de execução de obras e serviços realizados em função deste CONTRATO, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço quando da execução destas funções, correndo às suas expensas o ressarcimento ou as indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar, sem quaisquer ônus para o PODER CONCEDENTE.

26.2 A CONCESSIONÁRIA responderá, nos termos da legislação aplicável, por quaisquer prejuízos causados a terceiros, por si ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pelo CONTRATO, sem prejuízo de eventuais direitos que possa exercer perante terceiros.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRATOS COM TERCEIROS

27.1 Os contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não se estabelecendo nenhuma relação de qualquer natureza entre os terceiros e o PODER CONCEDENTE.

27.2 A execução das atividades com terceiros pressupõe o cumprimento por parte destes das normas regulamentares e contratuais, relativas aos trabalhos objeto deste CONTRATO.

27.3 A CONCESSIONÁRIA não poderá se eximir do cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes deste CONTRATO, ou justificar qualquer atraso em relação aos prazos constantes neste CONTRATO ou da qualidade dos serviços prestados em razão da contratação de terceiros.

CAPÍTULO XI – SANÇÕES E PENALIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – SANÇÕES E PENALIDADES APLICÁVEIS À CONCESSIONÁRIA

28.1 O não cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das Cláusulas deste CONTRATO e dos demais ANEXOS ao EDITAL, bem como das normas da legislação e regulamentação aplicáveis ensejará, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e de outras penalidades previstas na legislação e na regulamentação vigentes, a cominação, isolada ou



concomitantemente, das penalidades fixadas nesta Cláusula.

28.2 A gradação das penalidades a que está sujeita a CONCESSIONÁRIA observará a natureza da infração cometida, que variará conforme as seguintes categorias:

- a) Leve;
- b) Média;
- c) Grave; e
- d) Gravíssima.

28.3 A infração será considerada leve quando decorrer de condutas não dolosas da CONCESSIONÁRIA, das quais ela não se beneficie economicamente.

28.3.1 O cometimento de infração de natureza leve ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito, que será formulada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção; ou
- b) Multa, em caso de reincidência em uma mesma conduta que caracterize infração leve, dentro do período de 04 (quatro) meses consecutivos, no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

28.4 A infração será considerada média quando decorrer de conduta dolosa ou da qual se constate ter a CONCESSIONÁRIA se beneficiado economicamente, de forma direta ou indireta, em valor equivalente a até 5% (cinco por cento) do valor do VCM devido no mês da infração.

28.4.1 O cometimento de infração de natureza média ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada ou concomitante:

- a) Advertência por escrito, que será formulada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção; e
- b) Multa no valor de 5% (cinco por cento) do VCM devido no mês da infração, que também será cominada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção e sem prejuízo da apuração por perdas e danos.

28.5 A infração será considerada grave quando decorrer de conduta dolosa e de má-fé da qual se constate ter a CONCESSIONÁRIA se beneficiado economicamente, de forma direta ou indireta, em valor equivalente maior que 5% (cinco por cento) e até 15% (quinze



por cento) do VCM devido no mês da infração.

28.5.1 Também será considerada grave a infração aos deveres contratuais que por culpa grave ou dolo, impliquem na impossibilidade de utilização de mais de 25% (vinte e cinco por cento) do HMMDR-PALMAS pelos usuários.

28.5.2 O cometimento de infração grave ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada, ou concomitante à pena de multa:

- a) Determinação da adoção de medidas necessárias de correção;
- b) Multa no valor de até 15% (quinze por cento) do VCM devido no mês da infração, que também será cominada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção e sem prejuízo da apuração por perdas e danos.

28.6 A infração será considerada gravíssima quando o PODER CONCEDENTE constatar, diante das características do serviço prestado e do ato praticado pela CONCESSIONÁRIA, que suas consequências se revestem de grande lesividade ao interesse público, prejudicando o meio ambiente, o erário ou a própria continuidade do objeto deste CONTRATO, independentemente de eventual ganho econômico obtido pela CONCESSIONÁRIA.

28.6.1 O cometimento de infração gravíssima ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada, ou concomitante à pena de multa:

- a) Multa no valor de até 25% (vinte e cinco por cento) do VCM devido no mês da infração, que também será cominada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção e sem prejuízo da apuração por perdas e danos, repetindo-se mensalmente a incidência da multa até a correção do problema;
- b) Suspensão temporária do direito de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção



aplicada com base na Cláusula anterior.

28.7 Ainda que não resultem em benefício econômico para a CONCESSIONÁRIA, serão graduadas:

- a) como infração leve, o não fornecimento ao PODER CONCEDENTE, no prazo estipulado, de quaisquer documentos e informações pertinentes ao CONTRATO e a não manutenção em vigor das apólices de seguro, de acordo com o disposto neste CONTRATO;
- b) como infração média, a não contratação ou a manutenção das garantias de execução contratual em desacordo com as obrigações previstas neste CONTRATO, bem como a avaliação do FDC em menos de 90% (noventa por cento) da pontuação máxima em (3) três meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados no período de um ano;
- c) como infração grave a avaliação do FDC em menos de 90% (noventa por cento) da pontuação máxima em 4 (quatro) meses consecutivos ou 6 (seis) meses alternados no período de um ano, renovando-se mensalmente a multa no caso de reiteração das infrações.

28.8 O PODER CONCEDENTE, na definição das espécies de penalidade de multa e das dosimetrias indicadas nas Cláusulas anteriores levará em consideração as circunstâncias de cada caso de maneira motivada, observando, sempre, a proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção, inclusive quanto ao número de frequentadores e promotores atingidos e o prolongamento, no tempo, da situação que caracterizou a infração.

28.9 A prática de qualquer infração não poderá ensejar enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA, devendo o PODER CONCEDENTE assegurar a devolução ou a compensação, pela CONCESSIONÁRIA, de toda e qualquer vantagem obtida com a prática da infração, podendo, para tanto, adotar as medidas administrativas e judiciais pertinentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – SANÇÕES E PENALIDADES APLICÁVEIS AO PODER CONCEDENTE

29.1 O PODER CONCEDENTE dará causa à rescisão deste CONTRATO nas hipóteses da legislação de regência, pelo descumprimento das Cláusulas apontadas neste



CONTRATO e nas seguintes situações especiais:

- a) descumprimento do dever de instituição da garantia de sua responsabilidade;
- b) descumprimento das metas atribuídas à garantia, na forma da Cláusula prevista neste instrumento.

29.2 Caso ocorra o inadimplemento das obrigações contratuais por parte do PODER CONCEDENTE, este arcará com:

- c) ressarcimento integral, com valores atualizados, de todo o investimento realizado pela CONCESSIONÁRIA até a data da mora, inclusive das despesas financeiras já realizadas e das penalidades eventualmente impostas pelos contratos bancários firmados em confiança na execução deste CONTRATO;
- d) lucros cessantes, perdas e danos suplementares, se comprovados.

29.3 A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula, inclusive a composição de lucros cessantes e perdas e danos suplementares por infração contratual, se dará em observância ao disposto no Capítulo XIII deste CONTRATO - SOLUÇÃO DE CONFLITOS.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

30.1 O processo de aplicação das sanções previstas neste CONTRATO terá início com a lavratura do auto de infração correspondente pelo PODER CONCEDENTE, contendo os detalhes da infração cometida e a indicação da sanção potencialmente aplicável.

30.2 Lavrado o auto, o processo para apuração da irregularidade e eventual a aplicação das penalidades seguirá o rito previsto nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, consignando-se ciência inequívoca dos atos processuais por parte dos interessados.

30.2.1 A ciência inequívoca prevista nesta cláusula se dará por intimação pessoal dos representantes das PARTES no CONTRATO, bem como por correspondência eletrônica com confirmação de recebimento.

30.2.2 A falta de pagamento da multa no prazo estipulado acarretará a atualização monetária do débito pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, e o acréscimo de juros



moratórios de 1,00% (um por cento) ao mês, sobre o montante do débito corrigido monetariamente, a contar da data do respectivo vencimento até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo da execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – CAUSAS JUSTIFICADORAS DA INEXECUÇÃO

31.1 A inexecução total ou parcial deste CONTRATO, decorrente diretamente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou de interferências imprevistas que retardem ou impeçam a sua execução, devidamente justificados, não se caracterizará como infração por parte da CONCESSIONÁRIA, ficando essa exonerada de responsabilidade por tal inexecução, sem prejuízo da readequação do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.

31.2 Para fins do disposto na subcláusula anterior, considera-se:

- a) força maior: o evento humano que, por sua imprevisibilidade e inevitabilidade, cria óbice intransponível para a CONCESSIONÁRIA na execução deste CONTRATO, consubstanciado em ato superveniente impeditivo de cumprimento das obrigações assumidas;
- b) caso fortuito: o evento da natureza que, por sua imprevisibilidade e inevitabilidade, gera obstáculo intransponível para a CONCESSIONÁRIA no cumprimento deste CONTRATO;
- c) fato do príncipe: toda determinação estatal, Geral, imprevista e imprevisível, positiva ou negativa, que onera substancialmente a execução deste CONTRATO;
- d) fato da Administração: toda ação ou omissão de órgão da Administração Pública que, incidindo direta e especificamente sobre este CONTRATO, retarda, agrava ou impede a sua execução pela CONCESSIONÁRIA, ensejando, ainda, as indenizações correspondentes;
- e) Interferências imprevistas: são ocorrências não cogitadas pelas PARTES quando da celebração deste CONTRATO, que surgem no decorrer de sua execução de modo excepcional, dificultando ou onerando extraordinariamente o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos, consubstanciadas pela descoberta superveniente de obstáculos, naturais ou artificiais, depois de iniciada a execução deste CONTRATO, mesmo que sua existência seja anterior à data de emissão da ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS da ETAPA DE OBRAS ou da ETAPA DE



SERVIÇOS; são, ainda, interferências imprevistas aquelas que, mesmo que previstas, são de ocorrência incerta e que não possam ser evitadas pela CONCESSIONÁRIA.

31.3 Na ocorrência de caso fortuito, força maior, fato do príncipe, fato da Administração ou interferência imprevista, os prazos fixados neste CONTRATO ficarão suspensos exclusivamente em relação às obrigações diretamente afetadas pelo evento extraordinário, recomeçando a contagem do prazo logo assim que cessarem os seus efeitos.

31.4 Não se caracteriza como inexecução parcial ou total dos serviços objeto deste CONTRATO a sua interrupção pela CONCESSIONÁRIA, nas seguintes hipóteses:

- a) quando houver necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhoria de qualquer natureza no edifício do HMMDR-PALMAS, caso, a juízo da CONCESSIONÁRIA, houver comprometimento da segurança de instalações ou de pessoas;
- b) por determinação do PODER CONCEDENTE, das entidades ambientais e demais órgãos da Administração Pública, desde que não decorrente de erro ou culpa da CONCESSIONÁRIA.

31.5 Cabe à CONCESSIONÁRIA, em qualquer das hipóteses desta Cláusula, adotar as providências cabíveis no sentido de reduzir a interrupção dos serviços objeto deste CONTRATO ao prazo estritamente necessário.

31.6 Ocorrendo quaisquer dos eventos mencionados nesta Cláusula, a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE acordarão acerca da revisão do CONTRATO ou da sua extinção, caso a impossibilidade de seu cumprimento se torne definitiva ou a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro revele-se excessivamente onerosa.

31.7 No caso de extinção do CONTRATO em virtude da ocorrência dos eventos mencionados nesta Cláusula, as PARTES acordarão acerca do pagamento da indenização devida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, previamente à extinção do CONTRATO.

CAPÍTULO XII – EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – CASOS DE EXTINÇÃO

32.1 Extingue-se este CONTRATO por:

- a) Advento do termo contratual;



- b) Encampação;
- c) Caducidade;
- d) Rescisão;
- e) Anulação do CONTRATO;
- f) Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.

32.2 Extinto o CONTRATO em qualquer hipótese prevista na subcláusula anterior, opera-se, de pleno direito, a reversão dos bens mencionados na Cláusula 23 acima ao PODER CONCEDENTE, pagando-se à CONCESSIONÁRIA a respectiva indenização de acordo com a hipótese de extinção, nos termos deste CONTRATO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

33.1 O advento do termo final do CONTRATO opera, de pleno direito, a sua extinção, transferindo-se o HMMDR-PALMAS e demais bens reversíveis, nos termos deste CONTRATO, de pleno direito, ao patrimônio do poder concedente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – ENCAMPAÇÃO

34.1 A Encampação do CONTRATO dar-se-á por motivo de interesse público, precedida de lei autorizativa específica e de pagamento da indenização prévia prevista neste CONTRATO.

34.2 A indenização devida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, no caso de extinção prevista nesta Cláusula, deverá ser paga previamente à reversão dos BENS REVERSÍVEIS, nos termos do artigo 37 da Lei Federal nº 8.987/1995, e deverá considerar:

- a) os investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados, devidamente corrigidos monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao Reajuste, desde a data da realização dos investimentos até a data de pagamento da indenização;
- b) os custos (incluindo multas e eventuais indenizações) oriundos de necessária rescisão antecipada de contratos mantidos entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros diretamente relacionados ao objeto deste CONTRATO, corrigidos monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao Reajuste, desde a data de sua realização até a data de pagamento da indenização;
- c) os custos incorridos pela CONCESSIONÁRIA com a rescisão antecipada e vencimento antecipado de contratos de financiamento, corrigidos monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao Reajuste, desde a data da sua realização até a



data do pagamento da indenização;

d) os lucros cessantes calculados por empresa independente de consultoria especializada em avaliação de empresas e investimentos, conforme a subcláusula abaixo, que estabeleça os lucros razoáveis que a CONCESSIONÁRIA auferiria caso não houvesse o ato de encampação, considerando a PROPOSTA DE PREÇO.

34.3 Após a aprovação da lei específica de que trata a subcláusula 35.1, o PODER CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA.

(i) Em até 30 (trinta) dias contados da notificação de que trata a subcláusula anterior, o PODER CONCEDENTE deverá realizar os levantamentos e avaliações necessários para determinar o montante de indenização a ser pago à CONCESSIONÁRIA, enviando o respectivo relatório à CONCESSIONÁRIA.

(ii) Uma vez apresentado o relatório acima mencionado, o PODER CONCEDENTE efetuará o pagamento da indenização no prazo de até 15 (quinze) dias.

(iii) Caso a CONCESSIONÁRIA não esteja de acordo com o valor da indenização fixado pelo PODER CONCEDENTE, poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.

34.4 A desoneração da CONCESSIONÁRIA em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamento por ela contraídos para o cumprimento do CONTRATO será limitada às parcelas dos investimentos realizados vinculados a BENS REVERSÍVEIS ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento deste CONTRATO e poderá ser realizada por:

(i) Assunção, pelo PODER CONCEDENTE ou por terceiros, por sub-rogação, perante os FINANCIADORES credores, das obrigações contratuais remanescentes da CONCESSIONÁRIA; ou

(ii) Prévia indenização à CONCESSIONÁRIA, limitada ao montante de total da indenização devida pelo PODER CONCEDENTE, da totalidade dos débitos remanescentes que esta mantiver perante FINANCIADORES credores.

34.5 A valor indicado no inciso (ii) da Subcláusula anterior poderá ser pago pelo PODER CONCEDENTE diretamente aos FINANCIADORES, conforme aplicável

34.6 As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização bruta prevista para o caso de encampação.



34.7 As PARTES estabelecem que, na hipótese de extinção prevista nesta Cláusula, não será feita a incorporação dos BENS REVERSÍVEIS ao patrimônio do PODER CONCEDENTE até que seja efetuado o pagamento integral da indenização a que se refere esta Cláusula.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – CADUCIDADE

35.1 A inexecução total ou parcial do CONTRATO não remediada na forma prevista neste instrumento após a aplicação das sanções cabíveis acarretará, a critério do PODER CONCEDENTE, a sua declaração de caducidade, respeitadas as disposições deste instrumento, especialmente, desta Cláusula.

35.2 A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da efetiva inadimplência da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, no âmbito do PODER CONCEDENTE, assegurados os direitos de ampla defesa e contraditório.

35.3 Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de a CONCESSIONÁRIA ter sido previamente notificada pelo PODER CONCEDENTE a respeito das infrações contratuais praticadas, devendo ser concedido prazo razoável para que a CONCESSIONÁRIA corrija as falhas e transgressões apontadas, observadas as condições previstas neste CONTRATO.

35.4 A declaração de caducidade, uma vez finalizado o processo administrativo, dar-se-á mediante edição de Decreto do Governador do Estado de TOCANTINS.

35.5 Sem prejuízo das demais hipóteses previstas em lei, a caducidade, por ação ou omissão da CONCESSIONÁRIA, poderá ser declarada quando:

- a) o objeto deste CONTRATO estiver sendo, inequívoca e continuamente, prestado de forma substancial e materialmente inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;
- b) a CONCESSIONÁRIA descumprir Cláusulas contratuais essenciais ou disposições legais ou regulamentares, materiais e significativas, concernentes ao CONTRATO;
- c) a CONCESSIONÁRIA paralisar injustificadamente os serviços, ou concorrer para tanto;
- d) a CONCESSIONÁRIA perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a execução dos serviços;



- e) a CONCESSIONÁRIA não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;
- f) a CONCESSIONÁRIA não atender a intimação do PODER CONCEDENTE no sentido de regularizar a execução dos serviços;
- g) a CONCESSIONÁRIA não atender a intimação do PODER CONCEDENTE para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa à regularidade fiscal, no curso do CONTRATO;
- h) a CONCESSIONÁRIA transferir o seu controle sem prévia anuência do PODER CONCEDENTE.

35.6 No caso da extinção deste CONTRATO por caducidade, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento da devida indenização, a ser calculada pelo PODER CONCEDENTE, em que serão considerados os investimentos realizados que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados até a data da extinção do CONTRATO, corrigidos monetariamente, nos mesmos moldes aplicáveis ao Reajuste, desde a data do investimento até a data do pagamento integral da indenização.

35.6.1 Da indenização prevista nesta subcláusula será descontado o montante das multas contratuais e dos danos causados pela CONCESSIONÁRIA, naquilo que não for coberto pela GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

35.7 A indenização a que se refere esta Cláusula será paga mensalmente, em até 10 (dez) parcelas, vencendo-se a primeira em até 30 (trinta) dias contados da incorporação dos BENS REVERSÍVEIS ao patrimônio do PODER CONCEDENTE, devendo o saldo devedor ser corrigido mensalmente, pro rata die, nos mesmos moldes aplicáveis ao Reajuste desde o seu cálculo, até a data do pagamento.

35.8 Declarada a caducidade, não resultará ao PODER CONCEDENTE qualquer responsabilidade, seja a que título for, em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros, ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.

35.9 Eventuais conflitos decorrentes da aplicação do disposto nesta subcláusula serão dirimidos por meio dos mecanismos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – RESCISÃO

36.1 A CONCESSIONÁRIA poderá rescindir o CONTRATO no caso de descumprimento das normas contratuais pelo PODER CONCEDENTE, de comum acordo ou mediante ação



judicial ou processo arbitral especialmente intentados para este fim.

36.2 Na hipótese de rescisão do CONTRATO por inadimplemento contratual nos termos desta Cláusula, aplicar-se-á, para fins de cálculo da indenização, o disposto na subcláusula 34.2, que trata da Encampação.

36.3 A indenização a que se refere a subcláusula acima será paga de acordo com a forma a ser estabelecida na ação judicial de que trata a subcláusula 37.1, ou em, no máximo, 12 (doze) parcelas, até que haja sua plena quitação, quando se tratar de rescisão amigável, devendo o saldo devedor ser corrigido mensalmente, pro rata die, nos mesmos moldes aplicáveis ao Reajuste desde o seu cálculo, até a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – ANULAÇÃO DO CONTRATO

37.1 Nos casos de verificação de vícios no EDITAL e nos seus ANEXOS, na LICITAÇÃO ou neste CONTRATO, o PODER CONCEDENTE se compromete a convalidar, sempre que possível, os atos administrativos no intuito de preservar o interesse público, a ordem social e atender ao princípio da segurança jurídica.

37.1.1 Na impossibilidade, comprovada e motivada, da convalidação dos atos administrativos viciados decorrentes de eventuais irregularidades verificadas no EDITAL e nos seus ANEXOS, na LICITAÇÃO e neste CONTRATO, o PODER CONCEDENTE poderá anular a CONTRATO, mediante indenização a ser paga à CONCESSIONÁRIA;

37.1.1.1 A indenização prevista somente será devida caso o fato gerador do vício não seja imputável à CONCESSIONÁRIA.

37.2 A apuração do montante da indenização a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA obedecerá ao disposto na subcláusula 34.2 deste CONTRATO, e será paga previamente à extinção do CONTRATO e da assunção dos BENS REVERSÍVEIS.

37.3 Eventuais conflitos decorrentes da aplicação do disposto nesta Cláusula poderão ser dirimidos por meio dos mecanismos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

38.1 O CONTRATO poderá ser extinto caso a CONCESSIONÁRIA tenha a sua falência decretada ou no caso de sua extinção.

38.2 Na hipótese de extinção prevista nesta Cláusula, a apuração do montante da



indenização a ser paga pelo PODER CONCEDENTE obedecerá ao disposto na subcláusula 36.6 e seguintes.

38.2.1 A indenização a que se refere a subcláusula acima será paga à massa falida, mensalmente, em até 12 (doze) parcelas, vencendo-se a primeira em até 30 (trinta) dias contados da incorporação dos BENS REVERSÍVEIS ao patrimônio do PODER CONCEDENTE, devendo o saldo devedor ser corrigido mensalmente, pro rata die, nos mesmos moldes aplicáveis ao Reajuste, até a data do pagamento.

38.3 O atraso no pagamento da indenização prevista na subcláusula 38.2 ensejará ao PODER CONCEDENTE multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor em atraso, acrescido de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, devendo o saldo devedor – principal e encargos moratórios – ser corrigido monetariamente, pro rata die, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento do valor.

38.4 Eventuais conflitos decorrentes da aplicação do disposto nesta Cláusula poderão ser dirimidos por meio dos mecanismos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.

CAPÍTULO XIII – SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – MECANISMO DE SOLUÇÃO AMIGÁVEL

39.1 Se quaisquer disputas, conflitos ou discrepâncias de qualquer natureza surgirem entre as PARTES, estas deverão utilizar seus melhores esforços para solucionar o conflito amigavelmente.

39.1.1 Para atingir o objetivo previsto nesta subcláusula, qualquer uma das PARTES deverá notificar a outra de sua intenção de iniciar o procedimento ora descrito, consistente na busca de solução do conflito por intermédio de discussões amigáveis e de boa-fé (“Notificação de Conflito”).

39.2 A instauração do procedimento amigável não desonera as PARTES de cumprirem as suas obrigações contratuais.

39.3 As PARTES indicarão representantes autorizados a realizar as negociações previstas nesta Cláusula e caso encontrem, de comum acordo, solução amigável para o conflito, esta poderá ser incorporada ao CONTRATO mediante assinatura de termo aditivo.

39.4 No caso de as PARTES falharem em chegar a um consenso, nos termos acima, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Notificação de Conflito de uma PARTE à outra, o Conflito será submetido à Mesa de Resolução de Conflitos criada para



esta finalidade.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – MESA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

40.1 Serão dirimidas pela Mesa de Resolução de Conflitos as controvérsias decorrentes ou relacionadas a este CONTRATO, que envolvam direitos patrimoniais disponíveis, incluindo, mas não se limitando a:

- a) Questões relacionadas à recomposição do equilíbrio econômico- financeiro do CONTRATO;
- b) Revisão do CONTRATO, incluindo aplicação do Fator de Riscos Correntes;
- c) Indenizações decorrentes da extinção ou transferência do CONTRATO;
- d) Penalidades contratuais e, se for o caso, seu cálculo, bem como controvérsias advindas da execução de garantias;
- e) O inadimplemento de obrigações contratuais por qualquer das PARTES.

40.2 A mediação será realizada no Município de Palmas e em língua portuguesa, aplicando-se o direito brasileiro, sendo vedado o juízo por equidade.

40.3 Aplicam-se à Mesa de Resolução de Conflitos as seguintes disposições:

- f) A primeira reunião de mediação ocorrerá no prazo mínimo de 15 (quinze) dias e no máximo de 30 (trinta) dias a partir da notificação da PARTE;
- g) As reuniões serão realizadas na [XXXXXX] – Palmas/TO, ou em qualquer outro local em Palmas convencionado pelas PARTES.

40.4 A Mesa de Resolução de Conflitos será composta por dois representantes das PARTES e por um Mediador, escolhido de comum acordo pelas PARTES e que deverá ter experiência comprovada na especialidade objeto da controvérsia. Não havendo consenso entre as PARTES na escolha do Mediador, tal será indicado nos termos do Regulamento da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da CIESP/FIESP.

40.5 O procedimento terá a característica de “Dispute Adjudication Board”, vinculando as PARTES quanto ao decidido na Mesa de Resolução de Conflitos, inclusive no tocante a medidas cautelares, restando a PARTE vencida no procedimento com o dever de arcar com todos os seus custos, inclusive com os honorários do Mediador. As custas serão adiantadas pela PARTE que suscitar a instauração do procedimento.

40.6 Na hipótese de sucumbência parcial de ambas as PARTES, as despesas decorrentes do procedimento arbitral serão rateadas conforme indicado na decisão.

40.7 Cada uma das PARTES arcará com seus próprios custos referentes a honorários



advocatícios, independentemente da sucumbência determinada na decisão da Mesa de Resolução de Conflitos.

40.8 Será competente o Foro da Circunscrição Judiciária de Palmas, no Estado de Tocantins, para dirimir qualquer controvérsia não sujeita à Mesa de Resolução de Conflitos nos termos deste instrumento, assim como para apreciar as medidas judiciais nele previstas, ou eventual ação de execução da decisão da Mesa de Resolução de Conflitos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – COMISSÃO DE INTERFACE

41.1 Em até 30 (trinta) dias contados da emissão da ORDEM DE INÍCIO da ETAPA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA constituirão uma COMISSÃO DE INTERFACE, que permanecerá vigente e constituída até o término do presente CONTRATO DE CONCESSÃO.

41.2 A COMISSÃO DE INTERFACE será composta por 4 (quatro) membros, sendo dois nomeados por cada ente nela representado, isto é, o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA.

- a) A nomeação e substituição dos membros da COMISSÃO DE INTERFACE é livre aos entes nela representados, sendo certo que tais membros da Comissão deverão deter a competência e expertise necessárias para a condução das atividades regulares do colegiado.
- b) Mediante prévia comunicação aos demais entes representados na COMISSÃO DE INTERFACE, é facultado a qualquer destes substituir os membros que tiver nomeado, a qualquer tempo.

41.3 A COMISSÃO DE INTERFACE deliberará pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

41.4 Cabe à COMISSÃO DE INTERFACE a organização e coordenação da operação a ser desenvolvida no âmbito HMMDR-PALMAS, de modo a tornar harmônica, eficaz e coordenada a atuação de cada um dos entes responsáveis pelos serviços assistenciais e não assistenciais ali desenvolvidos.

41.5 No exercício de suas funções, poderá a Comissão de Interface:

- a) Editar normas e procedimentos internos para otimizar a operação do HMMDR-PALMAS, observadas as diretrizes deste CONTRATO e demais regulação incidente. Na elaboração destas normas, a COMISSÃO DE INTERFACE não poderá, em hipótese alguma, alterar as obrigações de cada uma das partes na

prestação de seus respectivos serviços no HMMDR-PALMAS, sendo-lhe facultado editar normatização para explicitar a extensão e limites das responsabilidades de cada uma das partes, dentro de suas respectivas atribuições;

b) Atuar preventiva e corretivamente na minimização dos efeitos adversos decorrentes da falta ou precária coordenação das atividades interdependentes realizadas no HMMDR-PALMAS, por diferentes atores;

c) Solucionar divergências internas relacionadas à operação cotidiana do HMMDR-PALMAS;

41.6 Constituem as principais diretrizes de atuação da Comissão de Interface:

a) Promoção da melhor e mais eficiente operação HMMDR-PALMAS;

b) Coordenação das atividades prestadas no HMMDR-PALMAS, notadamente na promoção de eficácia e qualidade dos serviços;

c) Transparência na gestão hospitalar;

d) Clareza e objetividade na normatização das atividades e operações internas do HMMDR-PALMAS, com amplo acesso às informações para melhor organização e coordenação das atividades;

e) Eficiência e qualidade na prestação dos serviços no HMMDR-PALMAS.

41.7 Em até 90 (noventa) dias a contar de sua constituição, a COMISSÃO DE INTERFACE deverá elaborar, mediante deliberação de seus membros, a Matriz de Interface do Contrato, tratando das diretrizes gerais da interface entre os Serviços BATA BRANCA e BATA CINZA prestados no HMMDR-PALMAS.

a) A Matriz de Interface será utilizada pelo PODER CONCEDENTE e pela CONCESSIONÁRIA para pautar suas ações na consecução de suas respectivas atribuições, assim como servirá de subsídio formal para solução de eventuais divergências entre o PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA, quanto às respectivas obrigações.

41.8 A COMISSÃO DE INTERFACE se reunirá ordinariamente, em periodicidade a ser definida após sua constituição. Extraordinariamente, a COMISSÃO DE INTERFACE se reunirá mediante convocação de qualquer de seus membros com, pelo menos 48h00 (quarenta e oito horas) de antecedência. A COMISSÃO DE INTERFACE somente deliberará com a presença de ao menos três membros, observado o quórum de maioria



absoluta.

41.9 Os membros da Comissão de Interface terão amplo acesso às instalações do HMMDR-PALMAS, observadas as normas a esse respeito.

CAPÍTULO XV – DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – COMUNICAÇÕES ENTRE AS PARTES

42.1 As comunicações entre as PARTES serão efetuadas por escrito e remetidas:

- a) em mãos, desde que comprovadas por protocolo;
- b) por correio registrado, com aviso de recebimento; e
- c) por correio eletrônico, com aviso de recebimento.

42.2 Consideram-se, para os efeitos de remessa das comunicações, na forma desta Cláusula, os seguintes endereços:

- d) PODER CONCEDENTE: [Endereço Poder Concedente]
- e) CONCESSIONÁRIA: [Endereço Concessionária]

42.3 Quaisquer das PARTES poderão modificar o seu endereço, número de telefone e endereço eletrônico, mediante comunicação prévia e formal à outra PARTE.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – CONTAGEM DE PRAZOS

43.1 Na contagem dos prazos a que alude este CONTRATO, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o dia do vencimento, sendo considerados os dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

43.2 Os prazos só iniciam ou terminam a sua contagem em dias de expediente normal na Administração Pública Estadual.

43.3 Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, os prazos fixados ficarão suspensos exclusivamente em relação às obrigações diretamente afetadas pelo evento extraordinário, recomeçando a contagem tão logo cessarem os seus efeitos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA – DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

44.1. Para fins de atendimento ao art. 25, § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021 e no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, o CONCESSIONÁRIO deverá implantar programa de integridade.

44.2. O programa de integridade previsto nesta cláusula consubstancia-se em um



conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes, com objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira e fomentar e manter uma cultura de integridade no ambiente organizacional, elaborado nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto nº 11.129/2022, ou que vierem a sucedê-los.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

[Local e Data]

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo PODER CONCEDENTE:

Nome:; Cargo:; CPF:

; RG:; Data de Nascimento:/...../..... ;

Endereço residencial:

.....; nº; Bairro: ;

Cidade:; Estado:; CEP ; E-

Mail Institucional:; E-mail pessoal: ;

Telefone(s):

Pela SPE:

Nome:; Cargo:; CPF:

; RG:; Data de Nascimento:/...../..... ;

Endereço residencial:; nº ;

Bairro.....; Cidade:; Estado:; CEP